

ESTUDO DE CASO: ATIVIDADE TURÍSTICA NAS RESERVAS PARTICULARES  
DO PATRIMÔNIO NATURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO

Por

LARA MORAES ABRANTES

PORTO SEGURO/BA, 2021



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

ESTUDO DE CASO - TURISMO NAS RESERVAS PARTICULARES DO  
PATRIMÔNIO NATURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO

Por

LARA MORAES ABRANTES

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO

Prof. Dr. Claudio Valladares Pádua

Prof.<sup>a</sup> Ms. Simone Fraga Tenório Pereira Linares

Prof. Ms. Danilo Sette

PORTO SEGURO/BA, 2021

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Área de estudo: Município de Porto Seguro/BA.....	45
--	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Incentivo para a criação da RPPN.....	55
Gráfico 2 – Motivação para criação da RPPN.....	57
Gráfico 3 – Plano de Manejo.....	61
Gráfico 4 – Apoio para pesquisa.....	62
Gráfico 5 – Apoio para educação ambiental.....	63
Gráfico 6 – Outras atividades associadas às RPPNs.....	66
Gráfico 7 – Filiação à associação de RPPNs.....	70
Gráfico 8 – Grau de satisfação em ter criado uma unidade de conservação.....	71
Gráfico 9 – Interesse em abrir unidade de conservação para uso turístico.....	72

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Unidades de Conservação do município de Porto Seguro/BA.....	43
Tabela 2 – RPPNs no município de Porto Seguro/BA.....	48
Tabela 3 – Cargo e Profissão dos entrevistados.....	51
Tabela 4 – Características das RPPNs.....	52
Tabela 5 – Outras características das RPPNs .....	53
Tabela 6 – Meios de comunicação existentes na RPPN.....	54
Tabela 7 – Fronteiras com outras Unidades de Conservação.....	54
Tabela 8 – Incentivo para criação da RPPN.....	55
Tabela 9 – Pressão para criação da RPPN.....	56
Tabela 10 – Motivação para criação da RPPN.....	56
Tabela 11 – Recursos hídricos dentro da RPPN.....	58
Tabela 12 – Bacia hidrográfica e/ou curso d’água dentro da RPPN.....	58
Tabela 13 – infraestrutura das RPPNs.....	59
Tabela 14 – Tipo de abastecimento das RPPNs.....	59
Tabela 15 – Tratamento de esgoto nas RPPNs.....	60
Tabela 16 – Descarte de resíduos nas RPPNs.....	60
Tabela 17 – Plano de Manejo.....	61
Tabela 18 – Apoio para pesquisa e educação ambiental.....	62
Tabela 19 – Visitação turística.....	63
Tabela 20 – Situação das atividades turísticas das RPPNs.....	64
Tabela 21 – Outras atividades associadas às RPPNs.....	66
Tabela 22 – Incentivos recebidos pelas RPPNs.....	66
Tabela 23 – Número de funcionários das RPPNs.....	67
Tabela 24 – Principais ameaças enfrentadas pelas RPPNs.....	68
Tabela 25 – Fonte dos recursos das RPPNs.....	68
Tabela 26 – Estratégias de divulgação.....	69
Tabela 27 – Filiação � associação de RPPNs.....	69
Tabela 28 – Grau de satisfação em ter criado uma unidade de conservação de caráter perpétuo.....	70
Tabela 29 – Interesse em abrir unidade de conservação para uso turístico.....	72

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IPÊ – Instituto de Proteção Ecológica

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MTur – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

PARNA – Parque Nacional

PMMA – Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro

PUP – Plano de Uso Público

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SISTUR – Sistema de Turismo

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

UC – Unidade de Conservação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

WWF-Brasil – ONG Brasileira pela Natureza (*World Wide Fund for Nature*)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>12</b>
2.1. OBJETIVO GERAL.....	12
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
<b>3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>13</b>
3.1. A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE ECOTURISMO.....	13
3.2. ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E AS RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL.....	19
3.3. USO PÚBLICO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	25
3.4. TURISMO SUSTENTÁVEL EM RPPNS .....	29
3.5. CONTEXTUALIZANDO O MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO .....	36
<b>4 MATERIAIS E MÉTODOS .....</b>	<b>46</b>
4.1. ÁREA DE ESTUDO .....	47
4.2. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA .....	48
4.3. PESQUISA DE CAMPO .....	49
<b>5. RESULTADO E DISCUSSÃO .....</b>	<b>51</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>7. RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>88</b>

# 1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma das atividades econômicas de maior relevância, atualmente. Se bem planejado, pode promover o desenvolvimento das comunidades que têm potencial para tal e levar até a preservação ambiental. Esta atividade pode ser desenvolvida em diversos ambientes, principalmente em ambientes naturais (FONSECA *et al*, 2018, p.10).

O patrimônio natural, bem como os atrativos naturais são fontes de interesse dos visitantes e um produto cada vez mais comercializado de forma sustentável por ser um importante ativo para o desenvolvimento econômico e social de um destino, impulsionando a cadeia produtiva do turismo.

O estabelecimento de áreas protegidas no Brasil tem por objetivo a manutenção de condições naturais adequadas para a proteção da diversidade de ecossistemas, incluindo a proteção da diversidade genética, biológica, espécies ameaçadas, proteção de paisagens de notável beleza cênica, características relevantes geológicas, geomorfológicas, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural, além da proteção de recursos hídricos e edáficos. As UCs são também consideradas como importantes instrumentos para pesquisa, educação ambiental e na geração de modelos sustentáveis para o desenvolvimento econômico regional. Ou seja, a proteção da geodiversidade faz-se presente entre os objetivos de criação das UCs, bem como a interpretação ambiental, através de atividades de educação ambiental e o turismo, pelo fato de essa atividade poder propiciar o desenvolvimento econômico regional. (MOREIRA, 2014, p.42).

Acrescentando, Cruz (2003) diz que os efeitos de revalorização da natureza no Brasil vão ser sentidos com mais veemência a partir dos anos 80, quando ocorreram, entre outros desdobramentos, a ampliação e a modernização do aparato legal relativo à proteção de ambientes naturais.

A partir da valorização do patrimônio natural começou a se pensar o turismo como uma atividade sustentável que contribuiria para o desenvolvimento sustentável com base na conservação do meio ambiente e em uma nova opção de emprego e renda para as comunidades receptoras.

Neste contexto, é importante desenvolver formas mais sustentáveis de turismo e discutir a gestão ambiental das áreas naturais para que elas possam ser

devidamente manejadas e gerar renda, principalmente, às comunidades locais por meio do investimento na proteção dessas áreas e na infraestrutura adequada para receber os turistas.

De acordo com o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (2006) as Unidades de Conservação são definidas como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

As Reserva Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs) são Unidades de Conservação instituídas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), sob lei Federal nº 9.985/2000. Esta categoria de área protegida regulamenta terras privadas destinadas à conservação dos ecossistemas, desde o ano 1990 (SILVA-MELO, 2021).

No Brasil, a criação voluntária de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) também é crescente. A primeira regulamentação referente ao tema no país data de 1990, o Decreto Federal no 98.914 que posteriormente foi substituído pelo Decreto Federal no 1.992 de 1996. Atualmente a norma federal que regulamenta essa categoria de área protegida é a Lei Federal no 9.985 de 2000 que incluiu as RPPNs no Sistema Oficial de Áreas Protegidas Nacional. Mais recentemente, no ano de 2006, o Decreto Federal no 5.746 regulamentou o artigo 21 da Lei do SNUC e com isso as RPPNs passaram a ser a única categoria de UC que conta com uma regulamentação específica pós SNUC. Essas áreas são criadas em caráter de perpetuidade, por iniciativa de seus proprietários, reconhecidas pelo poder público, por sua relevante diversidade biológica, aspectos paisagísticos ou características ambientais que justifiquem ações de recuperação (PELLIN e OJIDOS, 2015).

As Unidades de Conservação são os locais ideais para implantação de projetos de interpretação e educação ambiental, já que podem ser considerados verdadeiros laboratórios vivos que propiciam o aumento de conhecimento e o contato direto com o meio ambiente. Entretanto, os aspectos geocientíficos de certas UCs e locais que possuem visitação turística não são muitas vezes aproveitados como recurso educativo, turístico e interpretativo (MOREIRA, 2014, p.15).

Apesar da atividade turística não ser muito explorada em áreas naturais protegidas, pode-se dizer que a criação de Unidades de Conservação – UCs, em específico as Reservas Particulares do Patrimônio Natural – contribui para o

crescimento do turismo em áreas naturais e são relevantes para o esforço nacional de conservação do meio ambiente, abrangendo a participação da iniciativa privada.

Dessa forma, dentre as atividades realizadas nas RPPNs estão a pesquisa científica, a visitação com fins turísticos, recreativos e educacionais, que permitem a geração de renda e podem fomentar a economia da região.

Todavia, para desenvolverem o turismo como atividade econômica, as áreas de proteção devem estabelecer planos de manejo para que os impactos socioambientais sejam evitados ou ao menos minimizados (SANTOS & SCHIAVETTI, 2008).

Assim, o turismo pode contribuir para o desenvolvimento territorial e mesmo tendo uma expectativa econômica quando praticado nas RPPNs, deve considerar os aspectos sociais, culturais e ambientais dos destinos receptores.

O turismo praticado nas RPPNs deve se apresentar como modelo de notoriedade que estabelece um conjunto de ações necessárias à interação entre atividade humana e a conservação do meio ambiente, que inclui a manutenção adequada do ambiente e a capacidade de se sustentar economicamente. E por isso, é imprescindível a adoção do monitoramento contínuo dos impactos que a atividade de turismo pode causar, com aplicação de manejo que minimizem os efeitos negativos e maximizem os benefícios da atividade (SILVA-MELO, 2021).

Neste sentido, para que a atividade turística garanta o desenvolvimento sustentável de áreas protegidas, públicas ou privadas, é essencial que se estabeleça cooperação e parcerias entre gestores, comunidade local e o trade turístico do destino.

O ecoturismo, por ser uma atividade de baixo impacto ambiental quando manejada, é a melhor alternativa para o desenvolvimento econômico de uma reserva privada. A atividade pode ser desenvolvida em consonância com a conservação dos recursos, exigindo, no entanto, uma gerência e um manejo dinâmico para sua efetiva e sustentável prática (SANTOS & SCHIAVETTI, 2008).

Moreira (2014, p. 47) diz que “Em âmbito nacional, as Unidades de Conservação são vistas como o grande potencial que o país possui para fortalecer o turismo”.

Portanto, o foco do presente estudo é o papel do turismo como fator de sustentabilidade econômica e social nas áreas naturais cujo objetivo principal é verificar as características e o potencial turístico das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN, localizadas no município de Porto Seguro.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1. OBJETIVO GERAL

Analisar as características e o potencial turístico das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN, localizadas no município de Porto Seguro, visando o aprimoramento do turismo na região.

### 2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Identificar as características e a infraestrutura das Reservas Particulares do Patrimônio Natural RPPNs do município de Porto Seguro;
- ✓ Reconhecer e analisar os recursos turísticos existentes nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural RPPN, do município de Porto Seguro;
- ✓ Fornecer subsídios para o desenvolvimento de estratégias para fomento da atividade turística.

### 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

#### 3.1. A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE ECOTURISMO

O conceito de ecoturismo está associado à utilização de áreas naturais como um dos pontos centrais da atividade turística. Também chamado de turismo de natureza, ele aponta para o uso não destrutivo dos recursos naturais.

Este tipo de turismo engloba, segundo McKercher (2002), o turismo em áreas naturais, o ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo educacional e uma profusão de outros tipos de experiências proporcionados pelo turismo ao ar livre e alternativo.

Beni (2007, p. 428) diz que, inclui-se também no ecoturismo, o bioturismo, ecoaventura, ecocaminhada, turismo suave (*soft tourism*), turismo natural de baixo impacto (*low impact tourism*), turismo nativo, turismo ambientalmente favorável, turismo responsável.

Para tal, utiliza as áreas naturais como fator de atratividade no sentido de descoberta, aventura, lazer ou para se conhecer locais diferentes dos habituais, o que aprimora seu senso de observação e responsabilidade com a natureza.

Contudo, é imprescindível estimular o desenvolvimento harmonioso e coordenado do turismo, pois se não houver equilíbrio com o meio ambiente, a atividade turística comprometerá sua própria sobrevivência (RUSCHMANN, 1997).

Ao discorrer sobre a sobrevivência da atividade turística nota-se que o turismo não está relacionado somente aos aspectos econômicos da sua atividade, mas também aos aspectos ambientais e sociais.

Diante disso, é possível perceber como o conceito de ecoturismo começa a evoluir, partindo de uma modalidade de turismo que ao agregar múltiplos interesses vem ganhando a devida dimensão e se tornando uma alternativa para o desenvolvimento sustentável de um destino turístico.

A prática do turismo pode ocorrer nas chamadas Unidades de Conservação (UC's) e o segmento do turismo que explora estas UC's é conhecido como ecoturismo. O ecoturismo, surgido na década de 1980, representa uma modalidade de turismo com a proposta de integrar os princípios da sustentabilidade, em todas as suas instâncias (ecológica, econômica e sociocultural), ao caráter educativo da experiência do turista na natureza preservada, mediante mecanismos de sensibilização ambiental e o engajamento da comunidade local no processo de decisão acerca do desenvolvimento turístico, desde a concepção do processo, e numa perspectiva de longo prazo (FONSECA *et al*, 2018, p.10).

Para tanto, Neiman & Mendonça, (2000) alegam que o surgimento do ecoturismo foi um meio de alcançar o desenvolvimento sustentável das regiões que ainda hoje apresentam importantes conjuntos naturais, de grande valor ecológico e paisagístico e como estratégia de conservação de culturas tradicionais.

Visto como o conceito de ecoturismo pode ser amplo, Pires (2002, p.157) salienta que é consenso entre os principais estudiosos do tema ecoturismo que ainda não surgiu uma definição “universalmente” aceita por todos os setores com interesse no ecoturismo.

Além disso, este autor ainda destaca que:

No Brasil, por exemplo, as ambiguidades e interpretação equivocadas em torno do conceito de ecoturismo se verificam corriqueiramente em ocasiões diversas, como em eventos profissionais promovidos pelo *trade turístico*, na promoção e *marketing* de produtos, no *front* operacional, na mensagem e nos documentos oficiais e, naturalmente, no meio acadêmico, que apenas agora está despertando para o devido tratamento dessa questão (Pires, 2002).

Na verdade, o *trade turístico*, a área governamental, as organizações não governamentais, a população local e o turista tendem a conferir um conceito diverso ao termo ecoturismo em função dos seus interesses, apesar de que todos esses conceitos têm um aspecto comum que é a ênfase dada ao meio natural.

De forma geral, o termo “ecoturismo” é utilizado como uma forma de chamar atenção para o destino. Em sentido estrito, o ecoturismo significa o turismo em contacto com a natureza (SWARBROOKE, 2000).

Assim, as raízes do ecoturismo encontram-se na natureza e no turismo ao ar livre, onde questões ligadas à conservação e ao meio ambiente são de interesse

crescente. Sua principal característica é por ser uma atividade turística em ambientes naturais conservados (LINDBERG & HAKINS, 1999).

O ecoturismo não deve ser visto apenas como um turismo tradicional realizado em áreas naturais. O ecoturismo é uma atividade que depende da conservação do ambiente onde é praticado, e deve estar ligado à prática da educação ambiental (EA), da interpretação ambiental (IA) e das técnicas conservacionistas como uma forma de minimização dos impactos gerados. Deverá, também, atender às necessidades básicas da população local, assegurar a manutenção da diversidade cultural e das tradições da comunidade, além de garantir a participação da mesma nas tomadas de decisão (CAMPOS *et al*, 2011, p. 399, *apud* BENI, 2007).

Pode-se dizer então, que o surgimento do ecoturismo se deu por meio do interesse do turista pela natureza, bem como pela conscientização dele para os aspectos ambientais e pela insatisfação gerada pelo turismo de massa, porque esse turista vem mudando seus valores culturais.

No Brasil, o ecoturismo, além de ser comumente confundido com o turismo ecológico, está até o momento circunscrito a poucos casos, levando em conta que as nossas áreas de conservação e proteção ambiental ainda não dispõem de uma política integrada e de um planejamento estratégico de uso e ocupação voltados especificamente para o turismo (BENI, 2007, p. 428)

Por isso, Salvati (2004) destaca que o ecoturismo deve ser baseado em ações educativas e de interpretação do meio, proporcionando o contato com a natureza e estimulando a consciência ambiental no sentido de uma maior aceitação da conservação do meio ambiente como uma prática possível e necessária para o adequado uso dos recursos.

Sendo assim, é importante que a prática do ecoturismo tenha um compromisso com a proteção do meio visitado para reduzir os impactos negativos da atividade turística sobre as áreas naturais, devendo ser compreendido como uma forma responsável que conserva a natureza e proporciona qualidade de vida para a comunidade receptora.

Por este motivo, torna-se evidente o quanto a prática ecoturística está inserida no turismo de lazer, aventura ou educacional em áreas naturais, a fim de contribuir e incentivar o uso sustentável dos patrimônios natural e cultural, gerar renda para as

áreas protegidas, criar oportunidades de trabalho para as comunidades locais e garantir o bem-estar das populações envolvidas.

Neste contexto, o ecoturismo é uma tendência em termos de atividade turística e vem sendo a modalidade de turismo desenvolvida nas Unidades de Conservação.

A prática do ecoturismo pressupõe a utilização sustentável dos recursos naturais, integrando os visitantes com a natureza, de forma que o meio ambiente não seja tão impactado. Neste cenário, entende-se que o ecoturismo pode ser uma importante atividade para a gestão das RPPNs. Assim, o ecoturismo pautado no desenvolvimento sustentável nas comunidades locais, pode promover o equilíbrio entre diversos interesses tais como a conservação dos recursos naturais, a melhoria das condições de vida da população local e o enriquecimento da experiência dos turistas (FONSECA *et al.*, 2018, p. 11).

Por minimizar a degradação ambiental e por adequar o uso da área protegida com a conservação de sua biodiversidade, o ecoturismo é uma das melhores alternativas para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de uma reserva particular.

Em razão disso, o ecoturismo em Unidades de Conservação tem se mostrado um interessante meio para possibilitar o contato mais íntimo entre indivíduo e natureza (NEIMAN & MENDONÇA, 2000).

Partindo do pressuposto do potencial turístico existente nas Unidades de Conservação, a prática do ecoturismo instiga o interesse na preservação do patrimônio natural por parte do perfil de ecoturista que vem apresentando escolhas mais conscientes e responsáveis em relação ao atrativo natural visitado.

O 'eco' do turismo nos parques nacionais e demais áreas protegidas parece ser utilizado para reforçar o tipo diferenciado de turismo (e de turista) que se deseja nessas áreas. Um turismo de baixo impacto e responsável (RODRIGUES, 2009, p. 69)

Lindberg & Hakins (1999) afirmam que a demanda ecoturística baseia-se, parcialmente, na preferência dos consumidores, pois em grande parte da consciência do público e de sua preocupação com o ambiente natural.

Logo, o planejamento do ecoturismo é um instrumento poderoso para acelerar e maximizar os efeitos positivos da atividade, minimizar os efeitos negativos e fomentar o desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade. (RUSCHMANN, 2002).

Isto posto, faz-se necessário que a atividade turística no ecoturismo seja desenvolvida de forma planejada e com manejo compatível com a conservação dos recursos naturais para que sua prática seja efetivamente sustentável.

O ecoturismo não constitui, necessariamente, um turismo sustentável; ou seja, turismo sustentável e ecoturismo não são sinônimos. Apenas sob determinadas circunstâncias é que o ecoturismo pode ser considerado como uma forma de turismo sustentável (KÖRÖSSY, 2008, p. 65)

Muitas vezes, os conceitos de ecoturismo e turismo sustentável se confundem, no entanto, trata-se de má interpretação, assim como, ocorre entre os conceitos de turismo sustentável e desenvolvimento sustentável.

Por isso, Fonseca *et al* (2018) definem o ecoturismo como um segmento do turismo, enquanto o turismo sustentável deve ser aplicado em todos os tipos de turismo.

Em suma, desde que assumam as dimensões do desenvolvimento sustentável (social, ambiental e econômico) qualquer modalidade de turismo ou qualquer destino turístico pode ser considerado sustentável.

Então, Körössy (2008, p. 65) afirma que a sustentabilidade de uma prática turística está, isto sim, relacionada com o atendimento aos critérios de justiça social, crescimento econômico e proteção do patrimônio natural.

Segundo, Vieira *et al* (2012, p. 486):

O ecoturismo precisa ser praticado de forma sustentável, sendo que as atividades devem contribuir para a conservação da natureza e ações de sensibilização e conscientização devem ser propostas aos praticantes, para que os mesmos sejam informados quanto à importância das áreas preservadas. É fundamental o envolvimento da comunidade em todas as etapas de implantação e sua participação deve ser efetiva.

A partir desta afirmação, nota-se que o ecoturismo tem uma relação de dependência com a natureza, pois esta é uma das principais estruturas sobre as quais a atividade turística está apoiada, sendo o ambiente natural visto como principal objeto de consumo, o que torna sua conservação necessária, até mesmo como condição básica para a sustentabilidade da atividade turística.

À face do exposto, verifica-se que a evolução do conceito de ecoturismo tem se mantido vinculado à utilização das áreas naturais como um dos principais focos de atração da atividade. Uma vez que, sua prática se mostra cada vez mais interessante nas Unidades de Conservação, porque possibilita o contato íntimo com a natureza e isso tem sido uma experiência enriquecedora para o turista.

Portanto, para agregar este conteúdo sobre a evolução do conceito de ecoturismo, o próximo tópico discorre a respeito das áreas naturais protegidas e as reservas particulares do patrimônio naturais que são de grande importância ao ecoturismo.

### 3.2. ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E AS RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL

Além da preservação da natureza, as áreas naturais protegidas têm o papel de fomentar e promover o uso sustentável dos recursos naturais, a educação ambiental e o turismo.

De tal modo, Drummond *et al.* (2006) alegam que a criação de áreas protegidas tem sido umas das principais estratégias para mitigar os efeitos da ocupação humana acelerada que é marcada pelo uso irracional de recursos naturais. É, basicamente, nas áreas protegidas que a biodiversidade nativa pode sobreviver e se reproduzir.

Estas áreas protegidas abrangem as Unidades de Conservação (UCs), as Terras Indígenas, os mosaicos e corredores ecológicos, sendo esses considerados fundamentais, do ponto de vista econômico, uma vez que conservam a sociobiodiversidade, fornecem serviços ambientais e geram de oportunidades de negócios (MMA, 2004).

Somando-se a isto, a promulgação da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 instituiu o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (SNUC, 2006, p. 7).

Segundo o SNUC (2006) as Unidades de Conservação dividem-se em dois grupos com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O objetivo das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais com exceção dos casos previstos em lei. A Unidade de Uso Sustentável tem por objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Assim, as Unidades de Proteção Integral são compostas por: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida

Silvestre e as Unidades de Uso Sustentável compreendem: Área de Proteção Ambiental – APA, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN.

Complementando o SNUC, Milano (1991) diz que o sistema de Unidades de Conservação, por sua vez, compreende o conjunto de unidades de diferentes categorias de manejo que, devidamente selecionadas, planejadas e manejadas, atendam de forma mais ampla possível aos objetivos de conservação.

Neste sentido, as Unidades de Conservação apresentam uma condição mais específica e efetiva de conservação e entre essas unidades destacam-se as RPPNs que são áreas privadas de relevante interesse ambiental com foco na proteção de amostras da diversidade biológica.

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) foram criadas em 1990, como uma estratégia para promover a conservação da natureza por meio de áreas protegidas através da iniciativa dos proprietários particulares. As RPPNs ganharam com o passar dos anos importância no contexto nacional e internacional, o que exigiu um instrumento legal mais adequado e com uma regulamentação mais detalhada. Assim, em 1990 surgiu o Decreto nº 98.914, criando as RPPN o qual foi substituído em 1996 pelo Decreto nº 1.922 (ICMBio, 2020<sup>1</sup>).

Como as RPPNs são criadas por meio da iniciativa privada, elas se distinguem de outras categorias de áreas protegidas, sendo que seus proprietários vão se interessar pelo uso racional e sustentável dos recursos naturais e proteção da biodiversidade de modo voluntário.

Apesar da área das RPPNs no Brasil somarem uma área total relativamente pequena, se comparada a área total do território, essa estratégia de conservação representa uma perspectiva adicional de conservação em relação a maioria dos mecanismos existentes no país, já que trata-se de uma iniciativa voluntária e não de uma imposição legal (PELLIN e OJIDOS, 2015).

De forma geral, esse tipo de reserva contém atributos naturais singulares, sendo que as RPPNs apresentam essa peculiaridade em relação às demais reservas, a iniciativa de sua criação parte da vontade expressa do proprietário.

---

<sup>1</sup> <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/servicos/crie-sua-reserva/sobre-rppn>

As RPPNs têm sido consideradas uma grande alternativa para a ampliação do SNUC, principalmente por ser uma categoria de unidade de conservação que integra a sociedade civil com o poder público, na busca pela conservação dos ecossistemas brasileiros (ICMBio, 2020<sup>2</sup>).

Vale destacar alguns dos benefícios para a criação de RPPNs que incluem: fortalecer os sistemas de áreas protegidas públicas, incentivar atividades de educação ambiental, sensibilização da sociedade e pesquisas científicas sobre biodiversidade, bem como possibilitar o aumento da conexão com a natureza e a respectiva proteção dessas áreas.

Em contrapartida, é importante ressaltar que também existem falta de incentivo e reconhecimento por parte do poder público e desafios enfrentados pelos proprietários de RPPNs.

Sobre estes desafios, Pellin e Ojidos<sup>3</sup> (2015) *apud* Pellin & Pádua (2014) destacam: a burocracia excessiva que dificulta a criação dessas áreas; a falta de políticas públicas de incentivo à criação e apoio a gestão, e a falta de reconhecimento da própria sociedade sobre os benefícios associados a essas UCs e a inexperiência dos proprietários na gestão de áreas protegidas.

Reforçando essa afirmativa, estes autores revelam que:

Para agravar esse cenário são escassos os trabalhos sobre esse tema, faltando dados sistematizados sobre as motivações para a criação de RPPNs, os incentivos que efetivamente estão sendo oferecidos pela iniciativa pública e privada para criação e gestão dessas áreas e a receptividade dos proprietários aos benefícios disponibilizados (PELLIN e OJIDOS, 2015)

Visto que a criação de RPPNs está associada às motivações que levam os proprietários a criá-las, é necessário maior conhecimento sobre essas motivações e sobre o que é permitido realizar em reservas particulares.

---

<sup>2</sup> <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/servicos/crie-sua-reserva/sobre-rppn>

<sup>3</sup> <http://www.ojidos.com.br/wp-content/uploads/2017/03/pellin-ojidos-cbuc-trabalhostecnicos.pdf>

Conforme o SNUC (2006) só poderá ser permitida na Reserva Particular do Patrimônio Natural: a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

Após fazer referência às atividades permitidas nas RPPNs, é importante mencionar a necessidade das UCs terem um plano de manejo.

O plano de manejo é uma ferramenta imprescindível em Unidades de Conservação, todas devem possuí-lo. Trata-se de um documento técnico fundamentado nos objetivos gerais da área protegida, que estabelece o seu zoneamento e as normas de uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. Os planos devem abranger a área da UC, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. Uma dessas medidas que podem vir a ser utilizadas é o turismo em áreas naturais (MOREIRA, 2014, p. 45).

Dessa forma, a atividade turística é um dos usos públicos legalmente permitidos na RPPN. Como essas reservas apresentam grande potencial em atrativos naturais, o ecoturismo é um dos segmentos mais expressivos nessas áreas.

As atividades econômicas mais viáveis dentro das RPPNs, devido as suas restrições legais, são o ecoturismo ou turismo ecológico, o turismo rural e o turismo de aventura. Como o proprietário tem a opção de separar apenas uma parte de sua propriedade para a criação da reserva, muitos usam a área restante para a construção de pousadas, tendo como chamariz a proximidade com uma área natural preservada, o que funciona um como elemento de *marketing* verde para os seus produtos e serviços (LIMA e FRANCO, 2014, p. 120 *apud* MORSELLO, 2001; DOUROJEANNI, 2001).

Vale ressaltar que o crescente interesse na atividade turística e no potencial contido nas Unidades de Conservação deve influenciar cada vez mais a discussão acerca do desafio em tornar compatível o uso público e a conservação dos recursos naturais.

O Brasil conta atualmente com centenas de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, que juntas somam quase 510 mil hectares. O número pode até ser tímido, mas a meta do governo brasileiro é ampliar ainda mais o número dessas reservas cuja característica principal é a sensibilização do cidadão comum para a conservação de parte da biodiversidade existente em sua propriedade particular. A RPPN é uma categoria criada pela iniciativa de proprietários rurais, elas têm como principal característica a conservação da

diversidade biológica, garantindo ao proprietário a titularidade do imóvel (ICMBio, 2020<sup>4</sup>).

Dentre os instrumentos econômicos utilizados para fomentar a criação de uma RPPN estão a isenção do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), a prioridade para a concessão de créditos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e as possibilidades de cooperação com entidades privadas e públicas na proteção, gestão e manejo da unidade.

Além disso, em dezembro de 2021 a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados aprovou projeto de Lei PL 784/19 que dispõe sobre a criação, gestão e manejo de áreas de proteção ambiental em propriedades privadas rurais ou urbanas<sup>5</sup>.

Neste texto aprovado, se a área da RPPN ultrapassar 30% da área total do imóvel, o proprietário terá isenção total do ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, bem como poderão ser utilizadas para fins de compensação ambiental e ainda poderão ser permitidos a instalação de criadouros de animais ameaçados, uso de espécies nativas de ecossistemas da região para instalação de viveiro de mudas, a coleta de sementes em quantidade que não comprometa a biodiversidade local, a comercialização de mudas e sementes, isenção de taxas cartoriais, entre outras<sup>6</sup>.

Por tudo isso, constata-se que as RPPNs podem ser economicamente viáveis principalmente devido à atividade turística, sendo que a presença delas em uma região e/ou destino pode atrair centros de pesquisas científicas e melhorar sua infraestrutura turística. Entretanto, é necessário buscar auxílio jurídico na criação das reservas e auxílio com os planos de manejo que devem proteger tanto a integridade dos recursos naturais como a função social da propriedade rural.

---

<sup>4</sup><https://www.gov.br/icmbio/pt-br/servicos/crie-sua-reserva#:~:text=RESERVA%20PARTICULAR%20DO%20PATRIM%C3%94NIO%20NATURAL,soma m%20quase%20510%20mil%20hectares.>

<sup>5</sup> <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192045>

<sup>6</sup><https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/306923-comissao-na-camara-aprova-isencao-de-itr-para-imoveis-rurais-e-urbanos-com-mais-de-30-de-reserva.html#.YfOrp-rMJPY>

Ao falar sobre a possível viabilidade econômica das RPPNs é relevante que se faça menção ao uso público das Unidades de Conservação, o qual consiste na visitação com intuito turístico, recreativo, pedagógico, científico e/ou de conscientização ambiental, entre outros, que utilizam das áreas naturais protegidas ou RPPNs para tal fim. Portanto, o próximo item deste estudo aborda este assunto.

### 3.3. USO PÚBLICO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Uma nova dinâmica de apropriação de áreas naturais é delineada pelo estabelecimento de Unidades de Conservação, sendo essas unidades um instrumento de gestão que visa preservar o patrimônio natural.

Neste sentido, o estabelecimento de Unidades de Conservação representam uma das formas de (re) ordenamento territorial e ambiental, visto que estes territórios têm como um dos seus princípios “reduzir as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental imposta pela sociedade” (VALLEJO e QUEIROZ, 2017, p. 1).

Conforme Milano (1991) a utilização de Unidades de Conservação como instrumento de proteção à natureza, aí considerados a biodiversidade e os ecossistemas, é prática consolidada em termos mundiais e, como tal, tem permitido, em certo nível, a manutenção de parcela significativa da biodiversidade do planeta.

Em contrapartida, a criação legal das UCs não significa a resolução de problemas como a degradação ambiental e nem garante a efetiva proteção dos recursos naturais, sendo necessário políticas públicas e investimentos para que as UCs cumpram os objetivos propostos para definir a gestão e as formas de manejo adequadas para essas áreas protegidas.

Para Vallejo (2013) nem toda área protegida é, necessariamente, uma Unidade de Conservação. As áreas protegidas podem ser públicas ou privadas e, conforme o caso, apresentam níveis diferenciados de restrição e controle dos usos territoriais.

Colaborando com Vallejo, os autores Girdella & Neiman (2010) destacam a necessidade de um intenso e contínuo programa de capacitação de recursos humanos nas áreas protegidas, para garantir o sucesso das ações de uso público e de conservação.

Sendo assim, as ações de uso público estão associadas ao conceito de espaço público que é o lugar onde se efetua uma participação sujeita a normas e

instituições e deve ser considerado como estratégia de valorização social das áreas protegidas.

Por este motivo, as UCs são consideradas como “espaço público”, onde se estabelecem os princípios e as condições segundo as quais uma norma pode ser razoável e legítima para o conjunto de pessoas que gozam dessa qualidade pública. O fundamental para o espaço ser público é que “não haja obstáculos, senão normas gerais e lógicas para o acesso e participação (VALLEJO e QUEIROZ, 2017, p. 3 *apud* GOMES, 2012, p.10).

Neste contexto, o uso público nas UCs equivale à visitação aos atrativos naturais com finalidade recreativo, turístico, pedagógico, científico ou de conscientização ambiental, entre outros.

A definição atual de *uso público* está associada ao processo de visitação das áreas protegidas, podendo se manifestar como atividades educativas, de lazer, esportivas, recreativas, científicas e de interpretação ambiental, que proporcionam ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes (VALLEJO, 2013, p. 15 *apud* BRASIL, 2005).

Logo, o termo uso público se refere à gestão da visitação em Unidades de Conservação, desde o planejamento, implementação, até o monitoramento da visitação.

A falta de planejamento adequado das atividades de visitação pode gerar degradação de áreas prioritárias para a conservação e os objetivos da unidade podem não ser alcançados (MAIA, 2010), pois, a visitação realizada nos atrativos naturais e/ou Unidades de Conservação requer o estabelecimento de normas e diretrizes para que se respeite um dos principais objetivos das áreas protegidas que é a conservação da natureza.

A questão do uso e, particularmente, ao se tratar da visitação em áreas protegidas, coloca em debate duas vertentes de interesse que podem se tornar conflitantes, principalmente se não forem devidamente planejadas e gerenciadas. Uma delas é de caráter coletivo calcado na necessidade de manutenção de processos sistêmicos essenciais (reservas hídricas, amenização climática, controle da erosão, equilíbrio ecológico de populações biológicas, entre outros). A outra é privada e contempla a exploração econômica da visitação, incluindo também os visitantes. Na interface entre as

duas vertentes, destaca-se o papel dos gestores governamentais e privados, responsáveis direta e indiretamente pelo controle territorial das áreas protegidas (VALLEJO, 2013, p.14).

Sendo que, a falta de planejamento e organização da atividade turística pode acarretar degradação das áreas protegidas e os objetivos propostos pelas UCs podem não ser alcançados.

Dessa forma, o envolvimento comunitário na gestão das áreas protegidas deve reverter o distanciamento dos seres humanos em relação à natureza, fortalecendo os vínculos econômicos, sociais, espirituais, culturais e ecológicos entre as sociedades e os ecossistemas (GIRALDELLA & NEIMAN, 2010).

Diante disso, nota-se que um dos principais desafios entre a visitação e a conservação da biodiversidade é a falta de conhecimento das comunidades locais ou dos turistas sobre a importância das áreas protegidas.

O conceito de turismo está estreitamente vinculado aos serviços e às atividades realizadas pelos turistas. A análise dos impactos desta atividade pode privilegiar os dados quantitativos (número de turistas, arrecadação, número de leitos ocupados), mas também os aspectos qualitativos (aprendizado, apoio público para conservação da área, respeito pela natureza). Neste sentido, os efeitos do turismo em parques nacionais ultrapassam os seus limites, ampliando a sua repercussão em termos ambientais, econômicos, sociais e culturais nos destinos receptores (RODRIGUES, 2009, p. 69).

Como a atividade turística ocorre nas Unidades de Conservação e a visitação nas áreas naturais pode trazer retorno financeiro, as comunidades receptoras podem promover uma conscientização ambiental, uma vez que, a conservação dessas áreas naturais não seja restrita somente aos ambientalistas, pesquisadores e/ou acadêmicos e sim passe a ser praticada e compreendida pela sociedade de forma geral.

Para aprimoramento da gestão do uso público e incremento da visitação nas Unidades de Conservação é inevitável que se conheça um pouco mais sobre o turismo sustentável cuja atividade turística permita conservar o ambiente natural, preservar o bem estar das populações locais e explorar a visitação garantindo o crescimento econômico.

Em virtude disso, o presente estudo traz o tema Turismo Sustentável em RPPNs, no próximo tópico desta revisão bibliográfica, a fim de elucidar suas práticas e seus benefícios para as Unidades de Conservação.

### 3.4. TURISMO SUSTENTÁVEL EM RPPNS

A relação entre atividade turística e a proteção das áreas naturais requer uma reflexão acerca do consumo e do comportamento do turista face aos recursos naturais, especialmente, porque o turismo em áreas naturais gera questionamentos sobre os seus impactos e sobre a sustentabilidade da prática turística.

(...) acredita-se que a atividade turística, quando bem planejada, pode sim auxiliar na minimização dos problemas ambientais, como também os culturais decorrentes da atividade. A esse turismo bem planejado, responsável com as populações receptoras e preocupado com a diminuição dos impactos potenciais da atividade atribui-se o nome de Turismo Sustentável. Dentro da atividade turística, o turismo sustentável tem sido defendido como um segmento que busca exatamente o equilíbrio dos ecossistemas naturais atrelados à sustentabilidade local, onde o visitante, aberto para novas descobertas, capta a identidade do lugar, respeitando os costumes do lugar visitado (TEMOTEO *et al.*, 2018, p. 47).

Rodrigues (2009) afirma que a necessidade de se segmentar os diferentes tipos de turismo está relacionada às características do mercado e aos seus respectivos nichos de consumidores. O conceito de turismo está estreitamente vinculado aos serviços e às atividades realizadas pelos turistas.

Desde meados das décadas de 80 e 90 do século passado, a questão ambiental tem exercido influência em diversos segmentos e, com o turismo, não foi diferente. No momento em que a atenção do mundo volta-se para a delicada situação de degradação ambiental do planeta, novas formas de pensar e praticar a atividade turística começam a surgir. Eis a ideia de turismo sustentável (KÖRÖSSY, 2008, p. 61).

Deste modo, o turismo sustentável pode ser compreendido como uma forma diferente de se promover a atividade turística e não apenas um segmento como o ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural, entre outros.

Temoteo *et al* (2018, p. 46) alegam que:

De maneira equivocada sugere-se, muitas vezes, que o turismo sustentável seria apenas mais uma modalidade da atividade turística em contraposição ao turismo de massa. Ao contrário disso, o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser estendido a qualquer das demais modalidades do turismo.

Para Pearce<sup>7</sup> *apud* Beni (2007, p. 61) o termo turismo sustentável é definido como:

“Maximização e otimização da distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico baseado no estabelecimento e na consolidação das condições de segurança sob as quais serão oferecidos os serviços turísticos, para que os recursos naturais sejam mantidos, restaurados e melhorados”.

Acrescentando, Beni (2007 p. 61) afirma que:

Hoje, o conceito de turismo sustentável é mais abrangente e transcende a preocupação centrada na conservação e manejo do meio ambiente e recursos naturais, incluindo os aspectos de comercialização, marketing, qualidade, produtividade e competitividade dos bens e serviços turísticos. Além desses aspectos, a análise das dimensões do Turismo dentro do planejamento estratégico regional e ação política integrada constitui a expressão concreta desse conceito, desenvolvida amplamente no Sistur.

A OMT – Organização Mundial do Turismo (1996) aponta que o turismo sustentável constitui um modelo de desenvolvimento econômico que foi concebido para: melhorar a qualidade de vida da comunidade visada; oferecer ao visitante uma elevada qualidade de experiências; manter a qualidade do ambiente de que tanto a comunidade anfitriã quanto o visitante dependem.

Conforme Swarbrooke (2000), o turismo sustentável se trata daquele tipo de turismo que é economicamente viável, mas que não destrói os recursos dos quais a atividade no futuro dependerá, principalmente, o ambiente físico e o tecido social da comunidade local.

A visão deste autor dá ênfase ao crescimento econômico como premissa do turismo sustentável, sendo que o turismo não destrói o meio físico e o tecido social.

Ao longo dos anos, a OMT se mostrou mais preocupada com a sustentabilidade econômica da atividade turística, porém, com o advento do turismo sustentável que está intimamente vinculado aos princípios do desenvolvimento sustentável, o turismo passa a considerar também os aspectos ambiental, social e cultural.

---

<sup>7</sup> D. Pearce, *Tourist development*, Harlow, Longman, 1989.

De tal modo, Candiotto (2005, p. 49) destaca que:

(...) assim como no conceito de desenvolvimento sustentável, o turismo sustentável se fundamenta na dimensão econômica, e incorpora timidamente as dimensões ambiental, social e cultural, entendendo-as como oportunidades e recursos para a continuidade da atividade turística, fato que demonstra o viés utilitarista propagado pela OMT.

Neste contexto, a conservação do ambiente natural, assim como a preservação da cultura local são fundamentais para a manutenção econômica e o desenvolvimento sustentável do turismo.

Para o desenvolvimento sustentável do turismo é preciso que se formule e execute uma política territorial e uma estratégia de desenvolvimento local baseada no planejamento integrado da atividade turística (SILVEIRA, 2001, p. 140).

Dessa forma, pode-se dizer que o desenvolvimento sustentável do turismo se dá, principalmente, a partir de políticas e do planejamento do turismo. Corroborando com Silveira (2001), o Ministério do Turismo alega que:

O desenvolvimento sustentável do turismo é um processo contínuo que requer monitoramento constante dos impactos que a atividade pode causar, de modo que, com ações de manejo, seja possível minimizar os impactos negativos e maximizar os benefícios potenciais, introduzindo medidas preventivas ou de correção de rumos (BRASIL, 2007, p.18).

Diante disso, a atividade turística em Unidades de Conservação, como as RPPNs por exemplo, sugere uma visitação ordenada, bem como, um plano de manejo e um plano de uso público adequados para que a atividade turística não cause impactos negativos, isto é, uma gestão eficaz para que esta área protegida alcance seus objetivos.

Quando se fala em gestão eficaz, vale ressaltar que, um dos instrumentos básicos de planejamento para que as RPPNs consigam atingir seu objetivo de proteger o patrimônio natural é o plano de manejo que especifica de forma clara as ações que devem ser desenvolvidas e por quem devem ser executadas em uma área natural.

Segundo Silva (2008, p. 17 *apud* SCARDUA, 2007<sup>8</sup>) “os planos de manejo não seguem uma lógica econômica e não têm o turismo como elemento principal. O foco dos documentos de manejo é a conservação da biodiversidade e não a promoção do turismo”.

É importante que os planos de manejo das Unidades de Conservação não sejam elaborados somente para atender a demanda turística, porque podem comprometer a conservação dos ambientes naturais e sociais contemplados por essas unidades.

Partindo desta reflexão, um plano de manejo consiste em um documento técnico baseado nos objetivos propostos para uma Unidades de Conservação, estabelecendo o zoneamento da área protegida, sua infraestrutura para visitação e as normas peculiares ao seu uso público.

Outro instrumento básico de planejamento que pode ser desenvolvido e aplicado às RPPNs, principalmente, se o seu objetivo for a atividade turística, é o plano de uso público.

O PUP (Plano de Uso Público) torna-se um instrumento indispensável, uma vez que se trata de um documento oficial que visa ordenar e orientar o uso da UC, promovendo a experiência de estar na natureza, educando e divulgando sua importância. É o documento que identifica oportunidades de recreação, conciliando seu uso com a conservação, definindo áreas, atividades permitidas, infraestrutura necessária e delineando trilhas para sua implementação (WWF-BRASIL E IPÊ, 2012, p.216).

O uso público em Unidades de Conservação brasileiras é considerado um instrumento estratégico para a aprendizagem e incentivo da conservação da natureza, já que a abertura e a adequada gestão dessas áreas possibilitam sua aproximação com a sociedade (NOGUEIRA, 2020).

---

<sup>8</sup> SCARDUA, Fernando. (Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília), Comunicação Pessoal, 2007.

Neste sentido, a função do plano de uso público é indicar locais dentro das Unidades de Conservação para a visitação turística, além de definir a forma de manejo mais adequada para estas áreas, conciliando essa atividade turística à conservação dos recursos naturais.

A visitação deve ser planejada visando o turismo sustentável, no sentido de atender à demanda com o manejo da visitação, monitoramento e minimização de impactos negativos (TAKAHASHI, 2004).

Além disso, Silva-Melo<sup>9</sup> (2021) afirma que:

A gestão de uma RPPN que disponibiliza e comercializa serviços turísticos deve fomentar a educação ambiental com programas voltados aos turistas, e sobretudo propagar a valorização da biodiversidade, das características específicas desses espaços, sejam elas ambientais, paisagísticas ou socioculturais. Assim, o turismo deve ser um complemento à busca pela capacidade financeira das reservas, dentre as possibilidades de uso compatível com a conservação.

Complementando este apontamento, Takahashi (2004) diz que a adequada gestão destas áreas possibilita a aproximação com a sociedade, oferece visibilidade e contribui para alcançar seus objetivos e ajuda no desenvolvimento das regiões em que estão inseridas.

Como tudo indica, a gestão das Unidades de Conservação deve ser compartilhada por todos os atores envolvidos na atividade turística, principalmente, a comunidade local, pois ela conhece a região e apresenta a cultura potencial que agrega valor ao produto turístico.

Logo, é possível vislumbrar a atividade turística sustentável como uma oportunidade para as RPPNs fortalecerem a apropriação das UCs pela sociedade, se desenvolverem economicamente e gerarem emprego e renda.

As RPPNs viabilizam diversas atividades para a prática turística com perspectiva sustentável. Dentre estas, citam-se: Turismo de observação de aves (*birdwatching*); turismo científico; turismo de aventura; agroturismo; contemplação da paisagem e vida silvestre (mirantes, belvederes);

---

<sup>9</sup> <https://ecodidatica.com.br/a-importancia-das-rppns-para-o-turismo/>

arvorismo; cicloturismo; trilhas; banho de cachoeira; flutuação; campismo; eventos culturais e educacionais; visitas a sítios históricos; gastronomia típica; e uma profusão de outros tipos de experiências oportunizadas nessas áreas (SILVA-MELO<sup>10</sup>, 2021).

No entanto, um dos maiores desafios para a gestão das RPPNS pode ser controlar o fluxo turístico e oferecer condições para que a comunidade local mantenha preservado seus patrimônios cultural e natural, para que a atividade turística não venha a causar impactos sociais e ambientais nestas áreas e não consiga gerar os fluxos econômicos necessários para a esperada sustentabilidade desses ambientes naturais.

Para tanto, a prática do turismo sustentável em RPPN não deve ultrapassar os limites do ambiente natural e deve ser economicamente viável para as comunidades receptoras. A propósito, é de extrema importância que se desenvolva instrumentos que atestem a efetiva sustentabilidade dessa prática.

Por isso, Silva (2008, p.58) diz que:

O turismo precisa constituir mais um aliado ao manejo sustentável das Unidades de Conservação, reconhecendo que não cabe a um organismo ou instituição toda a responsabilidade de bem gerir a área. Pelo contrário, todos os que influenciam e dependem da UC, possuem papel de destaque para mitigar os impactos sobre o meio ambiente. Seja por suas condutas, seja pela prestação de serviços e informações capazes de satisfazer a demanda e conscientizar da importância da preservação e conservação da natureza.

Diante desta afirmação, observa-se que o turismo realizado em RPPNs deve cumprir seu papel ao desenvolver suas atividades em consonância com uso sustentável dos seus recursos e para manter e/ou preservar o equilíbrio ecológico da área da reserva.

Assim, o presente estudo descreve o turismo sustentável nas RPPNs como uma forma de fortalecer a atividade turística a longo prazo, assegurando a preservação ambiental e cultural e gerando benefícios sociais permanentes.

---

<sup>10</sup> <https://ecodidatica.com.br/a-importancia-das-rppns-para-o-turismo/>

Por fim, com o aumento das práticas de ecoturismo em áreas naturais, pode-se dizer que muitos dos principais destinos turísticos atuais ocorram em Unidades de Conservação e por isso, no próximo tópico tem a contextualização do município Porto Seguro que é objeto deste estudo e possibilita o cumprimento do objetivo geral do mesmo.

### 3.5. CONTEXTUALIZANDO O MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO

A cidade de Porto Seguro juntamente com os municípios: Santa Cruz Cabrália, Belmonte e Guaratinga estão situados na zona turística da Costa do Descobrimento, localizados no Extremo Sul da Bahia. Porto Seguro é protagonista da história brasileira, é o local da chegada dos portugueses no Brasil em 1500.

O município foi fundado em 1534 e desde 1973 é tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional, sendo que a Costa do Descobrimento, no ano de 2000, foi considerada Patrimônio Natural Mundial, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

O município possui uma área de 2.408,37km<sup>2</sup>, é cortado pelo rio Buranhém, cuja travessia permite o acesso à orla sul do município, onde estão localizados os distritos turísticos de Arraial d'Ajuda, Trancoso e Caraíva.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1991 Porto Seguro contava com 34.661 habitantes. No último censo, em 2010, o número era de 126.929 habitantes, ou seja, em menos de 20 anos o município teve um crescimento populacional de 266,2%. A população de 2017 foi estimada em 149.324 mil habitantes.

A partir de 1991 até 2010, as taxas de crescimento populacional foram muito superiores à média nacional, estadual e regional, processo que resultou em forte pressão sobre os serviços públicos e a dinâmica socioeconômica de Porto Seguro. A partir da década de 1980, ocorreu um rápido e acelerado processo de urbanização, pois até então o município apresentava uma população predominantemente rural. Entre 1980 e 1991, a queda na população rural foi tão expressiva que em uma década a maioria da população passou a viver no ambiente urbano. Essa migração está em parte relacionada à expansão da atividade de silvicultura na região, processo que está associado, segundo alguns autores, à expulsão da população rural das áreas de cultivo para dar lugar à produção de eucalipto. Nota-se que esse processo ocorreu em toda a região do Extremo Sul da Bahia, e não somente no município de Porto Seguro (PMMA, 2014, p. 39 *apud* ALMEIDA, Messias *et al.*, 2008<sup>11</sup>).

---

<sup>11</sup> Messias de Almeida, T.; Moreau, A.M.S.S.; Moreau, M.S.; Pires, M.M.; Fontes, E.O. & Góes, L.M. 2008. Reorganização socioeconômica no extremo sul da Bahia decorrente da introdução da cultura do eucalipto. *Sociedade & Natureza* 20 (2): 5-18.

Conforme o PMMA – Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (2014) o ambiente natural de Porto Seguro, composto de várias fisionomias da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, é um dos grandes atrativos que fazem do município um dos mais importantes destinos turísticos do país.

Considerando a Mata Atlântica o berço esplêndido de Porto Seguro, por ser um dos biomas de maior diversidade biológica e também um dos mais ameaçados, o PMMA (2014, p.29) relata que:

Porto Seguro possui, atualmente, 40% de seu território coberto por vegetação florestal de Mata Atlântica, o que corresponde a 95.756,73ha. Incluindo restingas, manguezais e comunidades aluviais, essa percentagem sobe para 46% ou 110.141.78 hectares. As áreas antropizadas ocupam 53,97% do território do município, ou seja, 129.110 hectares são de áreas desprovidas de vegetação natural. Dos 95.756,73ha de florestas, 33.372ha estão em bom estado de conservação (florestas primárias e em estágio avançado de regeneração). Os dois parques nacionais, que somam 33.538 hectares, protegem a quase totalidade das áreas bem preservadas. Dentre as áreas antropizadas, as pastagens ocupam 91.962ha (38,2%), os plantios de eucaliptos cobrem 23.268ha (9,67%), a agricultura ocupa 6.919ha (2,87%) e as áreas urbanas, 2.636ha (1,1%).

Entretanto, na década de 1970 com a abertura da BR-101 e a decadência da cultura cacauzeira, houve um crescimento desorganizado e não planejado do município Porto Seguro, iniciando-se um processo grave de desmatamento da Mata Atlântica, nas décadas seguinte a pecuária extensiva, turismo e a silvicultura ocuparam este papel.

Dessa forma, a construção do PMMA foi uma das estratégias adotadas pela gestão municipal para preparar Porto Seguro em relação ao seu desenvolvimento econômico e sustentável, ou seja, este plano é mais um instrumento de integração e inclusão sob o viés ambiental para o planejamento municipal e que tem premissas de preservar patrimônio natural de Porto Seguro.

Visto que Porto Seguro vem crescendo em ritmo acelerado de desenvolvimento urbano, com novos loteamentos e expansão dos bairros, além das obras de infraestrutura realizadas no município para promover a interligação e valorização de diversas localidades, verifica-se um significativo aumento das áreas urbanas.

Este crescimento é fácil de verificar quando examinamos, por exemplo, o Capítulo III do Plano Diretor de Porto Seguro (2018, p.9) que trata do perímetro urbano:

Art. 17 Fica definido como urbano e de expansão urbana todo o território compreendido na poligonal definida ao norte com a divisa do município de Santa Cruz Cabrália, ao sul com o limite do Parque Nacional do Monte Pascoal, a leste com a linha de preamar, e oeste em paralelo com a linha preamar a 10 km (dez quilômetros) sentido continente; incluindo os núcleos urbanos de Vera Cruz, Pindorama, Vale Verde e Itaporanga,  
Parágrafo único. Ficam excluídas do regime urbano as aldeias indígenas e seus respectivos territórios, conforme os termos das respectivas demarcações.

Para tanto, a 10 km (dez quilômetros) da Costa é considerada área urbana e este aumento sugere a dificuldade de conservação e o risco de desmatamento, pois mesmo que a Mata Atlântica seja protegida por lei, ainda assim, é possível gerar danos ambientais como autorizações de supressão de vegetação dentro os limites urbanos expandidos.

Esta expansão também acarretou um considerável número de Unidades de Conservação em áreas urbanas. Porto Seguro tem muitas UCs e grande parte (21) delas ficaram dentro da área urbana delimitada pelo Plano Diretor, incluindo as RPPNs do município.

Sobre as Unidades de Conservação, o PMMA (2014, p.32) diz que:

Porto Seguro possui 25 Unidades de Conservação (UCs). São dois Parques Nacionais (ParNas do Pau Brasil e Histórico do Monte Pascoal), o Refúgio de Vida Silvestre (RVS) do Rio dos Frades, o Parque Municipal Marinho do Recife de Fora, a Área de Proteção Ambiental (APA) Caraíva Trancoso e 18 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Além disso, parte da APA Coroa Vermelha e da Reserva Extrativista (Resex) Marinha do Corumbau estão também no território do município. Ao todo, essas áreas protegem 92.553,27 hectares no município. As UCs de proteção integral administradas pelo governo federal (ICMBio) são os Parques Nacionais e o Refúgio de Vida Silvestre. Sob jurisdição municipal há o Parque Municipal Marinho do Recife de Fora. As RPPNs, embora reconhecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como de uso sustentável, possuem as mesmas restrições que as UCs de proteção integral. As APA e Resex são Unidades de Conservação de uso sustentável. As APAs presentes em Porto Seguro são geridas pelo estado da Bahia e a Resex pelo governo federal.

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) são propriedades privadas que tem o intuito de conservar fragmentos da mata nativa intactos, deste modo, o PMMA (2014, p.35) afirma que:

As 18 RPPNs localizadas em Porto Seguro protegem uma área de 2.786ha do município. Dentre elas, destaca-se a RPPN Estação Veracel, uma das maiores do domínio da Mata Atlântica, cuja maior parte está no município de Santa Cruz Cabrália. As RPPNs Rio do Brasil I, II, III, IV e V protegem 975,59ha com remanescentes importantes de Mata Atlântica nas bacias dos rios Trancoso, Taípe e da Barra. Também nas bacias dos rios Taípe e da Barra, encontram-se as RPPNs Terravista, com 362,53ha e a RPPN Rio da Barra com 144ha. Na região do Corredor Ecológico Porto Seguro-Cabrália (CEPOC) localiza-se a RPPN Manona, inserida praticamente na área urbana do município de Porto Seguro, e as RPPNs Bom Sossego II, Bom Sossego III, Rio Jardim e Estação Veracel.

O PMMA (2014) também destaca que o município de Porto Seguro apresenta uma economia bastante diversificada. Os setores econômicos são o turismo, as atividades de comércio e serviços do polo regional, o setor de celulose e papel, além da agropecuária. Todos esses setores trazem implicações sobre a dinâmica da Mata Atlântica.

Como Porto Seguro passou por muitas transformações devido às atividades econômicas que se desenvolveram no município e que influenciaram a ocupação e urbanização do seu território, nota-se que houve implicações para a preservação do bioma mata atlântica predominante na região, causando a redução de sua área de abrangência e conseqüentemente de espécies animais e vegetais, sendo que a vegetação rasteira que recobre a costa também foi sensivelmente comprometida.

Sobre este fato, Cerqueira Neto (2012, p.65) alega que:

As vegetações mais presentes na região são: Floresta Ombrófila Densa, Formações Pioneiras com influência Fluvio-marinha, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Ombrófila Aberta. As áreas onde estão os exemplares que restaram são utilizadas como trilha ecológica ou se tornaram Área de Proteção Ambiental – APA, como as de Coroa Vermelha (Santa Cruz Cabrália), a de Caraíva (Porto Seguro) e a de Santo Antônio (Belmonte). A característica principal de suas praias é a de acumulação, com pequenos pontos de abrasão em sua orla. Sua organização territorial está disposta da seguinte maneira: a sede; os distritos de Arraial D`Ajuda e Trancoso, especializados no turismo; e Vale Verde, com características rurais.

Para colaborar com estas informações, o PMMA (2014, p.29) ressalta que:

A pressão atual sobre a vegetação nativa é consequência, principalmente, da expansão urbana e das atividades agropecuárias. A expansão das pastagens e plantações, especialmente de café, mamão, maracujá e eucalipto, é uma pressão constante sobre os remanescentes de Mata Atlântica, mesmo considerando que a Lei da Mata Atlântica proíbe o desmatamento de áreas primárias e em estágio médio e avançado de regeneração (a Lei 1.028, de 12 de dezembro de 2012, estabelece novas disposições sobre o plantio e replantio das espécies exóticas de eucalipto e pinheiro no município). Sendo um dos municípios que mais cresce no extremo sul da Bahia, novos empreendimentos imobiliários estão constantemente surgindo e pressionando ainda mais seus ecossistemas.

Neste contexto de economia e urbanização, a principal atividade econômica de Porto Seguro é o turismo, pois gera emprego e renda para toda a população. O município conta com um extenso litoral divididos entre litorais norte e sul pela foz do rio Buranhém.

Porto Seguro destaca-se pela importância social e econômica regional e tem relevante influência sobre outros municípios da região, possui praias e ambientes costeiros que atraem quase um milhão de turistas por ano e recursos marinhos que constituem o meio de subsistência de centenas de famílias de populações costeiras tradicionais; além de apresentar, em seu território, diversas Unidades de Conservação (PMMA, 2014, p.13).

Além disso, Porto Seguro é o único município do Brasil a ter dois Parques Nacionais totalmente inseridos nos limites do próprio município que são: o Parque Nacional do Pau-Brasil e o Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal

Estas áreas protegidas buscam preservar a biodiversidade e delimitar a proteção integral da fauna, flora e dos atrativos naturais do município de Porto Seguro. Além das Unidades de Conservação, o PMMA (2014, p.37) destaca as Terras Indígenas de Porto Seguro:

Em Porto Seguro são reconhecidas quatro Terras Indígenas (TIs) homologadas – Barra Velha, Imbiriba, Aldeia Velha e Coroa Vermelha. Essas TIs cobrem uma área de 12.737 hectares, mas nem todos integralmente dentro do município. Apenas parte da TI Coroa Vermelha encontra-se no município de Porto Seguro, e a Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal estende-se também para os municípios de Prado e Itamaraju, totalizando mais de 52 mil hectares em processo de demarcação. Cada Terra Indígena é composta de diversas aldeias. Além das áreas de retomadas, as aldeias são áreas consideradas como de autodemarcação – pleiteadas para integrarem as terras indígenas que ainda aguardam a demarcação e homologação, porém já contam com a presença de famílias indígenas.

As Terras Indígenas também são relevantes para a gestão ambiental por conter parte de vegetação nativa e recursos naturais, mas principalmente pela riqueza cultural e pelo conhecimento que os indígenas têm sobre a biodiversidade presente nas aldeias.

Por tudo isso, as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas presentes no município são consideradas atrativos turísticos. Vale ressaltar que, Porto Seguro situa-se entre um dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil, municípios estes, com maior e melhor infraestrutura e atrativos qualificados e identificados pelo Ministério do Turismo.

(...) o turismo foi e continua a ser um forte vetor da modificação ambiental em Porto Seguro, e, por mais que haja críticas ao turismo, enquanto uma atividade altamente capitalista é inegável a sua contribuição para o desenvolvimento da sede e dos distritos de Arraial D'ajuda, Trancoso e Caraíva. Esses distritos de Porto Seguro adquiriram configuração e dinâmica de pequenas cidades, com uma vida econômica, social, cultural própria, sendo vendidos como atrativos turísticos sem necessitar usar o nome do município sede (CERQUEIRA NETO, 2012, p.68).

Somando-se a isto, o PMMA (2014, p.42) descreve o turismo de Porto Seguro sendo:

(...) fortemente dependente de seus recursos naturais, em especial os da costa. Nesse contexto, o setor se posiciona, ao mesmo tempo, como um dos principais eixos de sustentabilidade tendo em vista que a qualidade do ambiente natural é fundamental para a dinâmica do turismo. Em contraponto, a pressão causada pelo enorme número de visitantes pode contribuir negativamente para a preservação dos recursos naturais do município.

Vale lembrar que o turismo é a principal atividade econômica do município de Porto Seguro, sendo reconhecido como um dos 65 destinos indutores do desenvolvimento do turismo no país, a atividade turística é fundamental para manutenção de empresas, empregos e geração de receitas para a administração municipal.

O destino Porto Seguro atrai diferentes perfis de público devido à diversidade e qualidade da sua oferta turística – atrativos naturais e históricos, empreendimentos e serviços, eventos e infraestrutura. O município está situada estrategicamente em média a uma hora de voo dos maiores polos emissores e conta com um dos maiores

parques hoteleiros do Brasil, pois recebe uma média de 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil) visitantes ao ano.

Toda esta riqueza natural e cultural foi a matéria-prima para transformar Porto Seguro em um dos principais destinos turísticos do Brasil e a atividade turística em uma das principais economias do destino.

Portanto, devido a sua importância histórica, sua posição geográfica e seus atrativos naturais, Porto Seguro é um destino muito visitado e o mais conhecido da Costa do Descobrimento, o município ainda contém quatro destinos turísticos em um só (Porto Seguro, Arraial d'Ajuda, Trancoso e Caraíva) com ofertas distintas, além de suas UCs que podem ser consideradas atrativos para o ecoturismo.

Sendo assim, serão apresentadas abaixo na Tabela 1, as Unidades de Conservação do município de Por Seguro, seguida do seu respectivo mapa na Figura 1.

Tabela 1 – Unidades de Conservação do Município de Porto Seguro/ BA

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	GESTÃO DAS UCS	ÁREAS	TIPO DE USO
1. Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal	Federal	11.038	Proteção Integral
2. Parque Nacional do Pau Brasil	Federal	22.500	Proteção Integral
3. Parque Municipal de Marinho Recife de Fora	Municipal	1.750	Proteção Integral
4. Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades	Federal	894	Proteção Integral
5. Área de Proteção Ambiental de Caraíva-Trancoso	Estadual	31.900	Uso Sustentável
6. Área de Proteção Ambiental Coroa Vermelha	Estadual	2.723*	Uso Sustentável
7. Reserva Extrativista Marinha de Corumbau	Federal	30.000**	Proteção Integral
8. Horto Histórico Florestal Rio da Vila***	Municipal	20	
9. Reserva Particular do Patrimônio Natural Veracel	Particular	6.069,00	Uso Sustentável
10. Reserva Particular do Patrimônio Natural Portal Curupira	Particular	50,00	Uso Sustentável
11. Reserva Particular do Patrimônio Natural Rio do Brasil I	Particular	88,77	Uso Sustentável
12. Reserva Particular do Patrimônio Natural Rio do Brasil II	Particular	400,78	Uso Sustentável
13. Reserva Particular do Patrimônio Natural Rio do Brasil III	Particular	356,95	Uso Sustentável
14. Reserva Particular do Patrimônio Natural Rio do Brasil IV	Particular	74,69	Uso Sustentável
15. Reserva Particular do Patrimônio Natural Rio do Brasil V	Particular	54,4	Uso Sustentável

16. Reserva Particular do Patrimônio Natural Bom Sossego II	Particular	53,66	Uso Sustentável
17. Reserva Particular do Patrimônio Natural Bom Sossego III	Particular	26,12	Uso Sustentável
18. Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Terravista I	Particular	218,36	Uso Sustentável
19. Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Terravista II	Particular	144,17	Uso Sustentável
20. Reserva Particular do Patrimônio Natural Rio da Barra	Particular	144,06	Uso Sustentável
21. Reserva Particular do Patrimônio Natural Renascer	Particular	264,55	Uso Sustentável
22. Reserva Particular do Patrimônio Natural Paraíso	Particular	59,16	Uso Sustentável
23. Reserva Particular do Patrimônio Natural Três Morenas	Particular	35,464	Uso Sustentável
24. Reserva Particular do Patrimônio Natural Rio Jardim	Particular	6,93	Uso Sustentável
25. Reserva Particular do Patrimônio Natural Manona	Particular	7,00	Uso Sustentável
26. Reserva Particular do Patrimônio Natural Jacuba Velha	Particular	83,58	Uso Sustentável
27. Reserva Particular do Patrimônio Natural Lembrança I	Particular	19,47	Uso Sustentável
28. Reserva Particular do Patrimônio Natural Lembrança I, II	Particular	36,24	Uso Sustentável

Fonte: Elaboração própria adaptado ICMBIU 2022/ INEMA-Bahia 2022/ PMMA-Porto Seguro - BA, 2014.

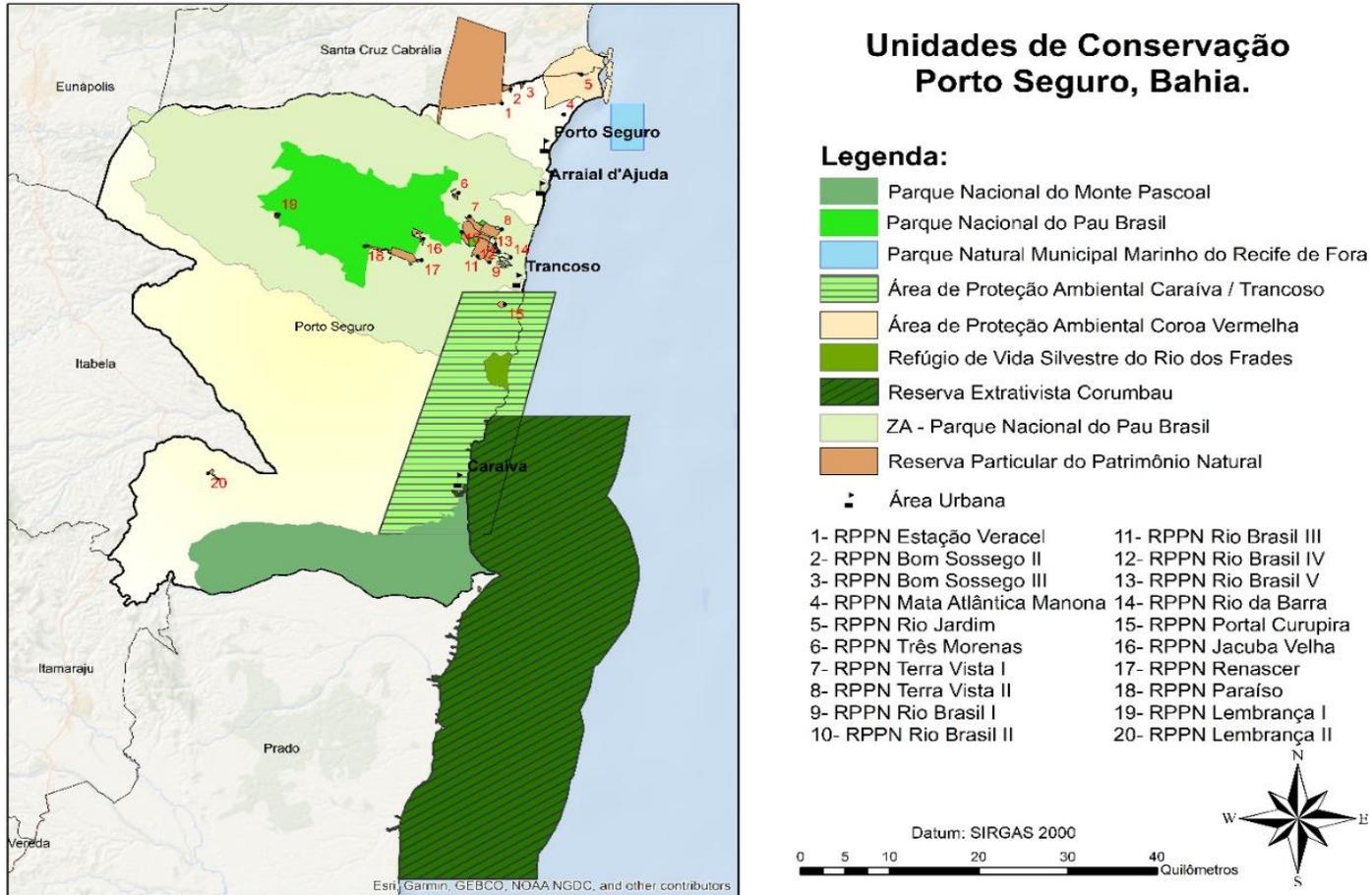
\* 2.723,01ha no município de Porto Seguro; a área total da APA é 4.100ha.

\*\* 30.000ha adjacentes à costa de Porto Seguro; a área total da Resex é 895km<sup>2</sup>.

\*\*\* O Horto Histórico Florestal Rio da Vila foi criado seguindo os termos do antigo Código Florestal, mesmo antes da instituição da Lei nº 9.9985/00.

Portanto, há necessidade de sua recategorização para uma categoria de manejo prevista no atual SNUC.

Figura 1 – Área de estudo: Município de Porto Seguro/BA



Fonte: MAPES (2022).

## 4 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo de caso tem como tema a *Atividade Turística nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural do Município de Porto Seguro* cujos materiais e métodos se caracterizam como descritivos, considerando a premissa de que toda atividade racional e sistemática, demanda uma pesquisa em que as ações sejam planejadas.

Para Gil (2008, p.46) algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. Embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias.

Este tipo de pesquisa descreve características de determinada população ou fenômeno e possibilita o contato do pesquisador com o objeto a ser pesquisado, promovendo o contato entre a teoria e a realidade local.

Além disso, trata-se de um método qualitativo que traz uma análise interpretativa e compreensiva dos dados coletados. Optou-se por um estudo de caso qualitativo, definido como pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos, particularmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são precisos (YIN, 2002).

Segundo Gil (2008, p. 59) o estudo de caso é recomendável na fase inicial de uma investigação sobre temas complexos e se aplica nas situações em que o objeto de estudo já é suficientemente conhecido a ponto de ser enquadrado em determinado tipo ideal.

Dessa forma, o estudo de caso permitiu observar a ocorrência do fenômeno na prática e não somente discuti-lo do ponto de vista teórico. O enfoque foi a construção da pesquisa com base em uma realidade delimitada (GIL, 2008).

Neste contexto, a revisão bibliográfica do presente estudo envolve temas como: Evolução do Conceito de Ecoturismo, Áreas Protegidas e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Uso Público nas Unidades de Conservação, Turismo Sustentável em RPPNs e Contextualização do Município de Porto Seguro.

Para tanto, foram coletados dados em fontes secundárias por meio de pesquisa bibliográfica. Gil (1999) alega que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos.

E posteriormente, obteve-se dados de fontes primárias com a pesquisa de campo para o levantamento de informações sobre as RPPNs de Porto Seguro e análise das características e do potencial turístico delas.

A pesquisa de campo procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do que ocorrem naquela realidade (GIL, 2008).

Por fim, este estudo de caso compreende uma área de estudo, uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo que serão descritas a seguir.

#### 4.1. ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo é o município de Porto Seguro e as RPPNs presentes nele, que de acordo com INEMA/BA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e o ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, são 20 (vinte) e estão listadas abaixo as 13 (treze) que compõem o universo da pesquisa:

Tabela 2 – RPPNs no Município de Porto Seguro - BA

<b>RPPNS</b>	<b>PROPRIETÁRIOS</b>	<b>ESFERA ADMINISTRATIVA</b>
RPPN Renascer	Orozimbo Ferreira Sol	Estadual
RPPN Paraiso I	Landerico Rampinelli	Estadual
RPPN Três Morenas	Sthephan Ferey	Estadual
RPPN Lembrança I,II	Lindomar Antônio Lembranci	Estadual
RPPN da Mata Atlântica da Manona	Anne Claire Eldridge	Federal
RPPN Portal Curupira	Bahia Beach Empreendimento Imobiliário e Hotelaria Ltda	Federal
RPPN Rio do Brasil I, II, III, IV, V	Franconia Participações Ltda	Federal
RPPN Rio Jardim	Marcos Robson Scharra de Oliveira Paula	Federal
RPPN Jacuba Velha	Renato Alves do Valle	Federal
RPPN Bom Sossego II, III	Renato de Araújo Doria	Federal
RPPN Reserva Terravista I, II	Terravista Empreendimento S.A	Federal
RPPN Rio da Barra	Vale do Rio da Barra Empreendimentos	Federal
RPPN Estação Veracel	Veracruz Florestal Ltda	Federal

Fonte: Elaboração própria adaptada do ICMBio 2022/ INEMA-Bahia 2022

#### 4.2. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Para se obter um maior aprofundamento do tema proposto pelo estudo de caso, realizou-se consulta em bibliografias e documentos já elaborados, tais como livros, artigos, periódicos, publicações, entre outros.

Esta consulta possibilitou melhor entendimento aos assuntos abordados na revisão bibliográfica, como: A Evolução do Conceito de Ecoturismo; Áreas Naturais Protegidas e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural; Uso Público nas Unidades de Conservação; Turismo Sustentável em RPPNs e Contextualizando o Município de Porto Seguro.

#### 4.3. PESQUISA DE CAMPO

A unidade de análise deste estudo é composta pelas RPPNs – Reservas Particulares do Patrimônio Natural do município de Porto Seguro. Este estudo considerou que as RPPNs que possuem o mesmo proprietário, mas registros diferentes, seriam consideradas como uma unidade. Sendo assim, o universo total da pesquisa são de 13 (unidades) RPPNs.

Tratar com os imprevistos e fatalidades durante uma pesquisa é comum e faz parte do processo, portanto, para realizar esta pesquisa foram feitas adequações devido ao contexto da pandemia de COVID-19 e respeitando as diretrizes governamentais para o distanciamento social. Sendo assim, toda a coleta de dados foi realizada de forma remota.

Após o levantamento das RPPNs descrito na Tabela 2, foi realizada uma busca junto a rede de contatos da equipe de pesquisa, nos canais oficiais como: ICMBio, INEMA, sites das prefeituras e nas plataformas digitais, para obter os contatos de telefone ou e-mail dos proprietários e/ou responsáveis técnicos das RPPNs em questão. Em alguns casos, a RPPN não possuía canal de divulgação ou as informações não estavam atualizadas ou disponíveis no CNUC (Cadastro Nacional de Unidades de Conservação) ou no cadastro do INEMA. Em outras situações, conseguíamos o contato, mas como a propriedade havia sido vendida não conseguíamos falar com o atual proprietário.

Ao final da levantamento desta rede de contatos e convites à pesquisa, das 13 RPPNs a serem estudadas: em quatro (4) os proprietários não foram encontrados, duas (2) não responderam, assim, a pesquisa foi respondida por (7) proprietários.

Vale ressaltar que o convite à pesquisa foi reforçado por e-mail, ligação telefônica e por aplicativo de mensagens (*WhatsApp*). Tendo em vista, os obstáculos acima citados, de um universo relativamente pequeno de 13 RPPNs, obtivemos retorno de 7 das RPPNs situadas no município de Porto Seguro.

Para a pesquisa de campo, foi utilizado um questionário estruturado (em anexo), composto por 79 questões, organizadas em 3 blocos, sendo: Bloco I - Dados dos entrevistados e propriedade; Bloco II - Informações gerais e caracterização da RPPN e Bloco III: Gestão e uso público, formatados em uma sequência lógica, para ser respondido por quem o pesquisador identificou como seu público-alvo e disponibilizado via *Google Forms* para todos os pesquisados.

Dessa forma, os dados foram coletados, no período de 09/12/2021 a 04/02/2022 e tabulados no software Microsoft Excel, utilizou-se da técnica de tratamento, análise e interpretação dos dados, organizando e sumariando os de forma a possibilitarem o fornecimento de respostas aos objetivos do estudo de caso. Portanto, a análise destes resultados será apresentada em tabelas e gráfico no próximo item deste estudo.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Bloco I: Dados dos entrevistados e propriedade

Tabela 03 – Cargo e Profissão dos entrevistados

<b>NOME DA PROPRIEDADE</b>	<b>CARGO</b>	<b>PROFISSÃO</b>
RPPN ESTAÇÃO VERACEL	Outros	Bióloga
RPPN TERRAVISTA	Gerente	Engenheiro Agrônomo
RPPN RIO DO BRASIL	Gerente	Engenheiro Florestal
RPPN BOM SOSSEGO	Proprietário	Agrônoma
RPPN LEMBRANÇA I	Proprietário	Empresário Rural
RPPN PARAÍSO I	Outros	Engenheiro Agrônomo
RPPN RIO DA BARRA	Proprietário	Empresário

Dentre as 7 RPPN que compõem a pesquisa, 42,9% dos entrevistados foram os próprios proprietários, 28,6% são gerentes e 28,6% ocupam posições não informadas, conforme apresentado na tabela 03.

Por meio da tabela 03, ainda pode-se notar que 42,9% são agrônomos ou engenheiros agrônomos, 28,6% são empresários, 14,3% são biólogos e 14,3% são engenheiros florestais.

## Bloco II: Informações gerais e caracterização da RPPN

Tabela 04 – Características das RPPNs

NOME DA PROPRIEDADE	TEMPO DE EXISTÊNCIA	TIPO DE ORGANIZAÇÃO	REGISTRO DA RPPN	ÁREA DA RPPN (HA)
RPPN ESTAÇÃO VERACEL	24 Anos	Pessoa Jurídica	Federal	6.069,00
RPPN TERRAVISTA	14 Anos	Pessoa Jurídica	Federal	362,53
RPPN RIO DO BRASIL	14 Anos	Pessoa Jurídica	Federal	975,60
RPPN BOM SOSSEGO	14 Anos	Pessoa Física	Federal	79,78
RPPN LEMBRANÇA I	12 Anos	Pessoa Jurídica	Federal	19,44
RPPN PARAÍSO I	10 Anos	Pessoa Física	Estadual	59,11
RPPN RIO DA BARRA	12 Anos	Pessoa Jurídica	Estadual	144,06

A tabela 04 apresenta o tempo de existência das RPPN, considerando o ano de sua abertura/ criação até a presente data, onde é possível notar que 100% das RPPNs entrevistadas possuem 10 anos ou mais de existência, sendo a média próxima dos 14 anos de existência. Por meio da tabela 04, identifica-se que maioria das RPPNs examinadas são geridas por pessoa jurídica (71,4%), e apenas 28,6% RPPNs são administradas por pessoa física.

A maioria das RPPNs entrevistadas possuem registro federal (71,4%) e apenas 28,6% RPPNs possuem registro estadual, conforme demonstrado na tabela 04. Vale ressaltar que das RPPNs que possuem registro federal, apenas 14,3% são administradas por pessoa física.

Visando a precisão da informação, o tamanho das RPPNs (em hectare) foi extraída do Sistema Informatizado de Monitoramento de RPPN e consolidado na tabela 04. Desse modo, 42,9% das RPPNs possuem até 100 hectares de extensão, 28,6% possuem até 500 hectares e 28,6% possuem uma área superior a 500 hectares.

Tabela 05 – Características das RPPNs

<b>NOME DA PROPRIEDADE</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>QUAL O TIPO DE ACESSO À RPPN</b>	<b>CONSERVAÇÃO DO ACESSO</b>	<b>SINALIZAÇÃO</b>
RPPN ESTAÇÃO VERACEL	Rural	Não Pavimentada	Ótima	Acesso
RPPN TERRAVISTA	Urbana	Pavimentada	Boa	Acesso
RPPN RIO DO BRASIL	Rural	Pavimentada	Boa	Acesso, turística
RPPN BOM SOSSEGO	Rural	Não Pavimentada	Ótima	Não Respondeu
RPPN LEMBRANÇA I	Rural	Não Pavimentada	Boa	Acesso
RPPN PARAÍSO I	Rural	Não Pavimentada	Boa	Acesso
RPPN RIO DA BARRA	Rural	Não Pavimentada	Boa	Acesso

Com relação a localização e os tipos de acesso às RPPNs, a tabela 05 mostra que a grande maioria das RPPNs estão localizadas em zona rural (85,7%); que o acesso à 71,4% das RPPNs que compõe a amostra deste estudo não possuem pavimentação; no entanto 100% das RPPNs afirmaram ter um bom ou ótimo grau de conservação do tipo de acesso a elas.

A tabela 05 ainda mostra que 85,7% das RPPNs possuem sinalização de acesso à propriedade e apenas 14,3% possuem sinalização turística, 1 RPPN não informou se existe sinalização.

Tabela 06 – Meios de comunicação existentes na RPPN

MEIOS DE COMUNICAÇÃO	N. RESPOSTAS	%
Celular	5	71,4%
Telefone	3	42,9%
Rádio Transmissor	2	28,6%
E-mail	2	28,6%
Não há	1	14,3%

A tabela 06 mostra que 71,4% das RPPNs possuem sinal de celular disponível na propriedade, enquanto 42,9% afirmaram que há telefone fixo; 28,6% possuem rádio transmissor; 28,6% possuem acesso a e-mails e 14,3% RPPN afirmaram que não há meios de comunicação na propriedade.

Tabela 07 – Fronteiras com outras Unidades de Conservação

FRONTEIRAS COM OUTRAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	N. RESPOSTAS	%
SIM	7	100,0%
RPPN Rio do Brasil	2	28,6%
RPPNs Terravista I e II	2	28,6%
Parque Nacional do Pau Brasil	1	14,3%
RPPN Bom Sossego	1	14,3%
RPPN Renascer	1	14,3%
RPPN Rio da Barra	1	14,3%
RPPN Veracel	1	14,3%
NÃO	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100%</b>

A tabela 07 mostra que 100% das RPPNs entrevistadas fazem fronteiras com outras Unidades de Conservação. Dentre as mais citadas estão a RPPN Rio do Brasil e RPPNs Terravista I e II, fazendo fronteiras com 28,6% das RPPNs entrevistadas cada.

Tabela 08 – Incentivo para a criação da RPPN

HOUVE INCENTIVO PARA A CRIAÇÃO DA RPPN?	N. RESPOSTAS	%
Sim	2	28,6%
Não	5	71,4%
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100%</b>

Quando questionadas se houve incentivo para a criação da RPPN, apenas 28,6% das RPPNs entrevistadas afirmaram ter tido incentivo, conforme tabela 08. Sendo que as respondentes afirmaram que o incentivo veio por meio de ONG.

Gráfico 01 – Incentivo para a criação da RPPN

HOUVE INCENTIVO PARA A CRIAÇÃO DA RPPN?

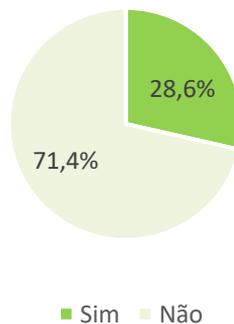


Tabela 09 – Pressão para a criação da RPPN

NOME DA PROPRIEDADE	HOUVE PRESSÃO PARA A CRIAÇÃO DA RPPN?	FORMA DE PRESSÃO
RPPN ESTAÇÃO VERACEL	Não	
RPPN TERRAVISTA	Sim	Termo ajuste implantação empreendimento
RPPN RIO DO BRASIL	Não	
FAZENDA BOM SOSSEGO	Não	
RPPN LEMBRANÇA I	Sim	Condicionada à não ampliação do Parna, sobre a reserva legal do imóvel.
RPPN PARAÍSO I	Sim	Se não fizesse, seria incluído na ampliação do parque, de forma velada.
RPPN RIO DA BARRA	Sim	Desapropriação

Por outro lado, a tabela 09 mostra que 57,1% das RPPNs **foram pressionadas a criar a unidade de conservação**. Sendo que os motivos citados estão relacionados à não ampliação do Parna, sobre a reserva legal; desapropriação da terra; inclusão na ampliação do parque, de forma velada; e, termo de ajuste de implantação do empreendimento.

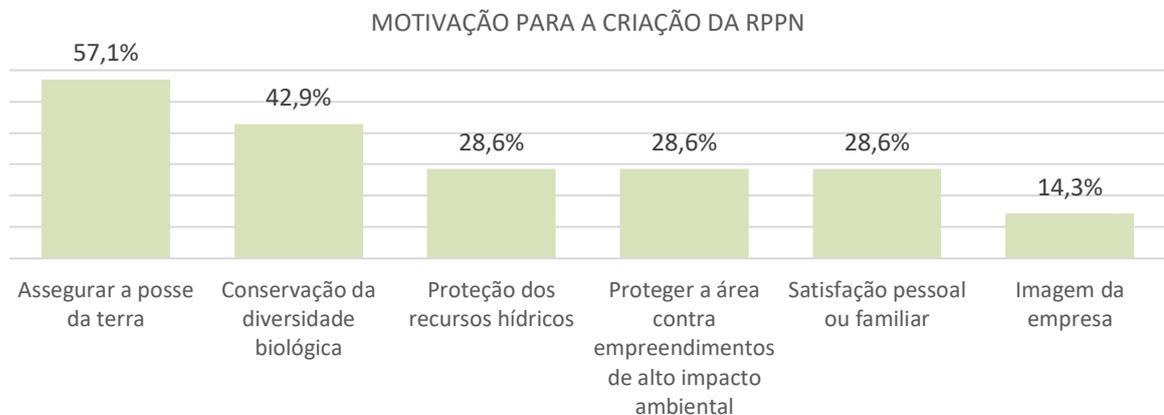
Tabela 10 – Motivação para a criação da RPPN

MOTIVAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DA RPPN	N. RESPOSTAS	%
Assegurar a posse da terra	4	57,1%
Conservação da diversidade biológica	3	42,9%
Proteção dos recursos hídricos	2	28,6%

Proteger a área contra empreendimentos de alto impacto ambiental	2	28,6%
Satisfação pessoal ou familiar	2	28,6%
Imagem da empresa	1	14,3%

A tabela 10 apresenta as motivações dos proprietários para a criação ou aquisição das RPPNs, onde nota-se que **assegurar a posse da terra** foi o principal motivo, apontado por 57,1% das RPPNs; conservação da diversidade biológica aparece na sequência, sendo citado por 42,9% das RPPNs.

Gráfico 02 – Motivação para a criação da RPPN



Houve um espaço para que os entrevistados deixassem comentários acerca da motivação de criação ou aquisição da RPPN. Os comentários registrados estão, na íntegra, relacionados abaixo, sem identificação do respondente para preservar a confidencialidade da pesquisa.

- “Objetivo de compra da área tem objetivo de preservação da biodiversidade e reputação da empresa.”
- “Interesse na preservação da área, contrapartida de licenciamentos ambientais e manutenção de propriedade.”
- “A criação envolve um aspecto de satisfação pessoal e manutenção da posse da terra. A compra da RPPN foi para proteção dos recursos naturais e satisfação pessoal.”

- “Como já preservava, queria o reconhecimento institucional da minha conservação.”
- “Assegurar posse da terra.”
- “Por ameaça de sermos desapropriados durante a expansão do Parque do Pau Brasil.”

Tabela 11 – Recursos hídricos dentro da RPPN

<b>RECURSOS HÍDRICOS DENTRO DA RPPN</b>	<b>N. RESPOSTAS</b>	<b>%</b>
Sim, presença de córregos e rios	6	85,7%
Sim, presença de nascente	5	71,4%
Sim, presença de lagos e lagoas	2	28,6%
Sim, presença de represas	1	14,3%

Em relação aos recursos hídricos dentro das RPPN, a tabela 11 mostra que 85,7% das RPPNs entrevistadas possuem a presença de córregos e rios; 71,4% delas possuem a presença de nascente; 28,6% das RPPNs possuem lagos e lagoas e 14,3% das RPPN tem a presença de represas.

Tabela 12 – Bacia hidrográfica e/ ou curso d'água dentro da RPPN

<b>BACIA HIDROGRÁFICA E/ OU CURSO D'ÁGUA</b>	<b>N. RESPOSTAS</b>	<b>%</b>
Rio da Barra	3	42,9%
Rio dos Frades e seus afluentes	3	42,9%
Bacia do Bunharém	1	14,3%
Rio dos Mangues	1	14,3%
Rio Jardim	1	14,3%

A tabela 12 mostra que 42,9% das RPPNs possuem dentro da propriedade o Rio da Barra; 42,9% das RPPNs são banhadas pelo Rio dos Frades e seus afluentes; a Bacia do Buranhém, o Rio dos Mangues e o Rio Jardim banha 14,3% das RPPN, cada.

Tabela 13 – Infraestrutura das RPPN

INFRAESTRUTURA EXISTENTE NA RPPN	N. RESPOSTAS	%
Trilha	3	42,9%
Administração	2	28,6%
Alojamento para pesquisador	2	28,6%
Área piquenique	2	28,6%
Centro de visitante	2	28,6%
Laboratório de pesquisa	1	14,3%
Local de manutenção	1	14,3%
Mirante	1	14,3%
Torre de observação	1	14,3%
Não se aplica, a RPPN não possui infraestrutura	4	57,1%

A tabela 13 mostra que 57,1% das RPPNs entrevistadas não possuem infraestrutura nas propriedades. Outras 42,9% delas possuem trilha, 28,6% delas possuem administração, alojamento para pesquisador, área para piquenique e centro de visitante. E ainda, 14,3% das RPPNs possuem laboratório de pesquisa, local de manutenção e mirante em sua propriedade.

Tabela 14 – Tipo de abastecimento das RPPN

TIPO DE ABASTECIMENTO	N. RESPOSTAS	%
Captação em rios com nascentes dentro da área	1	14,3%
Poço artesiano	1	14,3%
Não possui rede de abastecimento	5	71,4%
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100%</b>

A tabela 14 mostra que a maioria das RPPNs entrevistadas (71,4%) não possuem rede de abastecimento de água, 14,3% fazem captação da água em rios

com nascentes dentro da propriedade e 14,3% das RPPNs possuem poço artesiano em suas dependências.

Tabela 15 – Tratamento de esgoto nas RPPN

<b>TRATAMENTO DE ESGOTO</b>	<b>N. RESPOSTAS</b>	<b>%</b>
Sim	2	28,6%
Não	5	71,4%
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100%</b>

Em relação ao tratamento de esgoto nas RPPNs, apenas 28,6% das Unidades de Conservação afirmaram possuir tratamento de esgoto, conforme demonstrado na tabela 15, sendo que, nesses casos, o tratamento de esgoto é feito por meio de fossa ecológica. A tabela 15 ainda mostra que 71,4% das RPPNs entrevistadas não possuem tratamento de esgoto.

Tabela 16 – Descarte de resíduos RPPN

<b>DESCARTE DE RESÍDUOS</b>	<b>N. RESPOSTAS</b>	<b>%</b>
Recolhido pela prefeitura	2	28,6%
Compostagem	1	14,3%
Recolhido por empresa que gerencia resíduos	1	14,3%
Não existe atividade/ resíduos	2	28,6%
Não respondeu/ Não se Aplica	2	28,6%

Em relação ao descarte dos resíduos produzidos pelas RPPNs, 28,6% das entrevistadas afirmaram que os resíduos são recolhidos pela prefeitura, 14,3% das RPPNs utilizam de técnicas de compostagem para o descarte de resíduos e 14,3% das RPPNs afirmam que os resíduos são recolhidos por uma empresa de gerenciamento de resíduos, conforme demonstrado na tabela 16.

Na tabela 16 é possível notar que 28,6% das RPPNs entrevistadas declararam não ter atividade ou produção de resíduos para descarte.

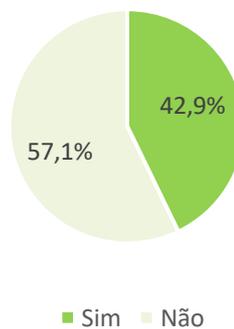
### Bloco III: Gestão e uso público

Tabela 17 – Plano de manejo

PLANO DE MANEJO	N. RESPOSTAS	%
<b>SIM</b>	<b>3</b>	<b>42,9%</b>
Possuí há 3 anos	1	14,3%
Possuí há 7 anos	1	14,3%
Possuí há 13 anos	1	14,3%
<b>NÃO</b>	<b>4</b>	<b>57,1%</b>
Falta de tempo e recursos	2	28,6%
Falta de motivação	1	14,3%
Falta de conhecimento	1	14,3%
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100%</b>

Gráfico 03 – Plano de manejo

POSSUI PLANO DE MANEJO



A tabela 17 mostra que 42,9% das RPPNs entrevistadas possuem plano de manejo, onde 14,3% possuem há 3 anos, 14,3% possuem há 7 anos e 14,3% estruturaram o plano há 13 anos, contados da data de estruturação do plano até a presente data.

Ainda por meio da tabela 17 é possível notar que 57,1% das RPPNs entrevistadas não possuem plano de manejo, sendo a falta de tempo ou recursos apontada por 28,6% das RPPNs como motivo de não possuir plano de manejo; falta de motivação e falta de conhecimento são motivos apontados para a não elaboração do plano de manejo por 14,3% das RPPN, cada.

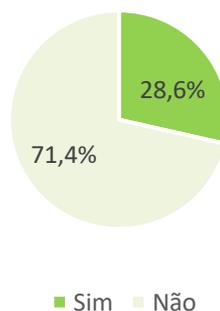
Tabela 18 – Apoio para pesquisa e educação ambiental

NOME DA PROPRIEDADE	APOIO A PESQUISA	EDUCAÇÃO AMBIENTAL
RPPN ESTAÇÃO VERACEL	Sim	Sim
RPPN TERRAVISTA	Não	Não
RPPN RIO DO BRASIL	Sim	Sim
RPPN BOM SOSSEGO	Não	Não
RPPN LEMBRANÇA I	Não	Não
RPPN PARAÍSO I	Não	Não
RPPN RIO DA BARRA	Não	Não

Apenas 28,6% das RPPNs entrevistadas oferecem apoio para a realização de pesquisas dentro das dependências das RPPNs, conforme demonstrado na tabela 18. Setenta e um por cento das RPPNs não oferecem apoio para a realização de pesquisas.

Gráfico 04 – Apoio para Pesquisa

APOIO PARA PESQUISA



A tabela 18, também diz respeito ao desenvolvimento de atividades de educação ambiental nas RPPN, onde é possível identificar que apenas 28,6% delas desenvolvem tais atividades, 71,4% dos entrevistados não desenvolvem atividades relacionadas à educação ambiental.

Gráfico 05 – Apoio para Educação Ambiental

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

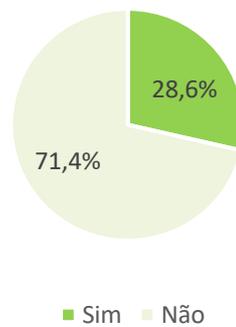


Tabela 19 – Visitação turística

NOME DA PROPRIEDADE	ABERTA � VISITA�O TURÍSTICA	ANO DE ABERTURA	MÉDIA DE VISITA�O	POSSUI CONTROLE DE VISITA�O	TIPO DE CONTROLE
RPPN ESTA�O VERACEL	Sim	2017	Observa�o De Aves 600/ Ano Visita�o De Educa�o Ambiental 5.000/Ano	Sim	Planilha
RPPN TERRAVISTA	Não			Não	
RPPN RIO DO BRASIL	Sim	2020	20 Visitantes Por Mês	Sim	Sistema De Gerenciamento De Vendas E Livro De Presença
RPPN BOM SOSSEGO	Não			Não	
RPPN LEMBRANÇA I	Não			Não	
RPPN PARAÍSO I	Não			Não	
RPPN RIO DA BARRA	Não			Não	

Na tabela 19 nota-se que 71,4% das RPPNs entrevistadas não estão abertas para visitação turística.

Apenas 28,6% das RPPNs estão abertas à visitação turística, sendo que uma iniciou as atividades voltadas ao turismo em 2017, estando em atividade em 6 anos, recebendo cerca de 600 visitantes por ano para a observação de aves e cerca de 5.000 visitantes por ano para atividades de educação ambiental; e outra RPPN iniciou as atividades turísticas em 2020, estando em atividade há 2 anos e recebendo cerca de 240 visitantes por ano.

A tabela demonstra que as RPPNs que recebem visita turística utilizam como meio de controle livros de presença, planilha e sistema de gerenciamento de vendas.

Tabela 20 – Situação das atividades turísticas das RPPNs

<b>ATIVIDADE TURÍSTICA</b>	<b>OPERANDO</b>	<b>POTENCIAL</b>	<b>FORMATADA</b>	<b>SEM RESPOSTA</b>
Arvorismo	14,3%	42,9%	-	42,9%
<i>Boia Cross</i>	-	-	-	100,0%
Cavalgada	-	28,6%	-	71,4%
Cicloturismo	14,3%	14,3%	-	71,4%
<i>Kitesurf</i>	-	14,3%	-	85,7%
Mergulho	-	-	-	100,0%
<i>Mountain bike</i>	14,3%	42,9%	-	42,9%
Quadriciclo	-	28,6%	-	71,4%
Observação de aves	14,3%	42,9%	-	42,9%
Parapente	-	-	-	100,0%
Pesca esportiva	-	14,3%	-	85,7%
Remo	14,3%	14,3%	-	71,4%
Safari fotográfico	14,3%	14,3%	-	71,4%
<i>Stand up</i>	-	28,6%	-	71,4%

Surf	-	-	-	100,0%
Trilha ecológica	-	14,3%	-	85,7%
Vela	-	-	-	100,0%
Voo livre	-	-	-	100,0%
Windsurf	-	-	-	100,0%

A tabela 20 apresenta a situação das principais atividades turísticas nas RPPNs, onde:

- Operando: indica que a RPPN já comercializa a atividade avaliada;
- Potencial: indica que a RPPN tem potencial para desenvolver a atividade avaliada;
- Formatada: indica que a RPPN já possui a atividade avaliada formatada, porém ainda não comercializada; e,
- Sem resposta: indica que a atividade não existe na RPPN.

Por meio da tabela 20 observamos que, atualmente, existem seis atividades turísticas que estão sendo operadas, ou seja, sendo comercializadas em pelo menos 14,3% das RPPN que compõem a amostra. As atividades praticadas são: arvorismo, ciclo turismo, *mountain bike*, observação de aves, remo e safári fotográfico.

Em relação às atividades que possuem potencial para serem desenvolvidas nas RPPNs, a tabela 20 indica 11 atividades turísticas. De forma que 42,9% das RPPNs possuem potencial para a prática de arvorismo, *mountain bike* e observação de aves. Cavalgadas, quadriciclos e *stand up* são atividades turísticas com potencial para serem desenvolvidos em pelo menos 28,6% das RPPNs da amostra. Por fim, pelo menos 14,3% RPPN da amostra tem potencial para o desenvolvimento de cicloturismo, kitesurf, pesca esportiva, remo, safári fotográfico e trilha ecológica.

Vale ressaltar que nenhuma RPPN da amostra afirmou ter alguma atividade turística já formatada, porém sem comercialização, como é visto na tabela 20. Outro ponto de atenção, é que boia *cross*, mergulho, parapente, surf, vela, voo livre e windsurf são atividades turísticas que não foram indicadas pelas RPPNs em nenhum

dos status anteriores, possivelmente, não sendo interessante ou por falta de condições para as práticas de tais atividades.

Tabela 21 – Outras atividades associadas às RPPNs

<b>OUTRAS ATIVIDADES ASSOCIADAS À RPPN</b>	<b>N. RESPOSTAS</b>	<b>%</b>
Agricultura	4	57,1%
Imobiliário	1	14,3%
Criação de animais	1	14,3%
Não respondeu	1	14,3%

A tabela 21 mostra que 57,1% das RPPNs entrevistadas possuem atividades relacionadas à agricultura, 14,3% têm atividades imobiliárias e 14,3% criam animais associados à RPPN.

Gráfico 06 – Outras atividades associadas às RPPNs

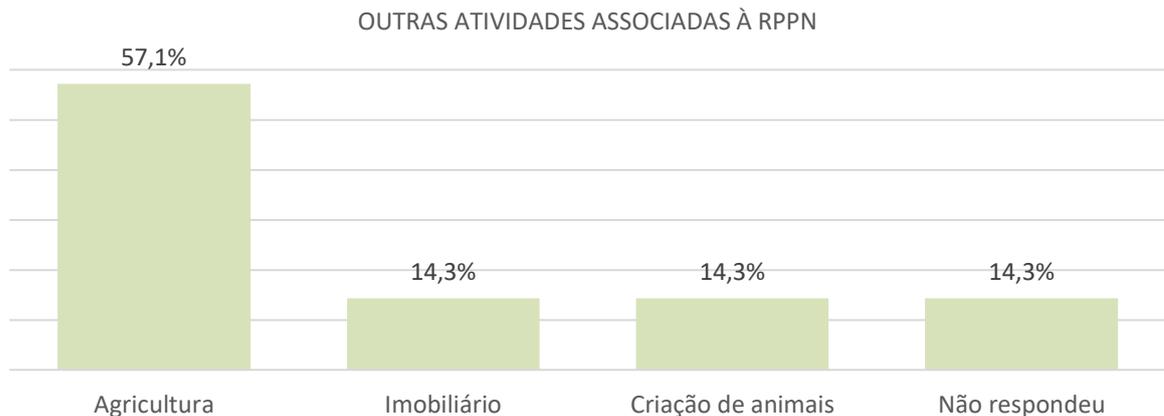


Tabela 22 – Incentivos recebidos pelas RPPNs

<b>INCENTIVOS</b>	<b>N. RESPOSTAS</b>	<b>%</b>
Sim, isenção de ITR	2	28,6%
Não	5	71,4%
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100%</b>

A tabela 22 mostra que a maioria das RPPNs (71,4%) não são beneficiadas por nenhum tipo de benefício e que apenas 28,6% das RPPNs são beneficiadas com a isenção de ITR.

Tabela 23 – Número de funcionários das RPPNs

<b>NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS</b>	<b>FIXOS</b>	<b>TEMPORÁRIOS</b>
Não possui	-	28,6%
Até 05 funcionários	28,6%	14,3%
Até 10 funcionários	14,3%	14,3%
Até 20 funcionários	14,3%	14,3%
Acima de 20 funcionários	28,6%	0,0%
Não informado	14,3%	-
Número médio de funcionários	13	7

Em relação ao número de funcionários que atuam nas RPPNs, a tabela 23 mostra que o número médio de funcionários fixos é de 13 pessoas. Onde 28,6% das RPPNs afirmaram possuir até 5 funcionários fixos, 14,3% possuem até 10 funcionários fixos, 14,3% possuem até 20 funcionários fixos e 28,6% das RPPNs possuem mais de 20 funcionários fixos. Em relação ao número de funcionários temporários o número médio é 7 colaboradores, sendo que 28,6% das RPPNs afirmaram não possuir funcionários temporários, 14,3% das RPPN possuem até 5 funcionário temporários, 14,3% das RPPN possuem até 10 funcionários temporários e 14,3% possuem até 20 funcionários temporários.

Quando questionadas sobre o custo médio mensal das RPPNs, apenas um entrevistado informou o custo de 60 mil.

Tabela 24 – Principais ameaças enfrentadas pelas RPPNs

<b>PRINCIPAIS AMEAÇAS</b>	<b>N. RESPOSTAS</b>	<b>%</b>
Caça ilegal	7	100,0%
Fogo	4	57,1%
Desmatamento no entorno	3	42,9%
Especulação imobiliária	1	14,3%
Visitação não autorizada	1	14,3%

Dentre as principais ameaças enfrentadas pelas RPPNs, nota-se que a caça ilegal é um problema generalizado. O fogo é uma ameaça apontada por 57,1% das RPPNs, desmatamento no entorno é um problema de 42,9% das RPPNs, e especulação imobiliária e visitação não autorizada foi apontado como ameaças por 14,3% das RPPN cada, conforme demonstrado na tabela 24.

Tabela 25 – Fonte dos recursos das RPPNs

<b>FONTE DOS RECURSOS</b>	<b>N. RESPOSTAS</b>	<b>%</b>
Recursos do proprietário	4	57,1%
Atividades de ecoturismo	1	14,3%
Entrada	1	14,3%
Instituição mantenedora	1	14,3%
Não informado	2	28,6%

A tabela 25 mostra que os recursos financeiros são provenientes dos proprietários das RPPNs em 57,1% dos casos, atividades de ecoturismo, receita proveniente de cobrança de entrada e instituição mantenedora são fontes de recursos indicadas por pelo menos 14,3% das RPPN, cada.

Tabela 26 – Estratégias de divulgação

<b>ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO</b>	<b>N. RESPOSTAS</b>	<b>%</b>
Sim, material impresso	2	28,6%
Sim, internet	2	28,6%
Redes sociais	1	14,3%
Vídeos	1	14,3%
Não	5	71,4%

A tabela 26 mostra que a maioria das RPPNs (71,4%) não possuem estratégias de divulgação, 28,6% fazem uso de materiais impressos como folders, revistas e jornais e sites na internet; e, pelo menos 14,3% das RPPN informaram utilizar redes sociais e vídeos para a divulgação de suas instalações.

Tabela 27 – Filiação à Associação de RPPNs

<b>SE HOUVESSE UMA ASSOCIAÇÃO DAS RPPNs NA REGIÃO VOCÊ SE ASSOCIARIA</b>	<b>N. RESPOSTAS</b>	<b>%</b>
Sim	3	42,9%
Talvez	3	42,9%
Não	1	14,3%
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100%</b>

Quando questionadas quanto à possibilidade de filiação, em caso de existência, a uma associação de RPPNs, 42,9% dos entrevistados afirmaram que se associariam, 42,9% afirmaram que talvez se associariam e apenas 14,3% não possui interesse em se associar, conforme demonstrado na tabela 27.

## Gráfico 07 – Filiação à Associação de RPPNs

SE HOUVESSE UMA ASSOCIAÇÃO DAS RPPN'S NA REGIÃO VOCÊ SE ASSOCIARIA

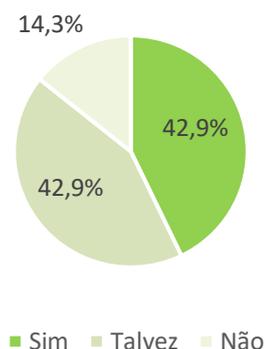
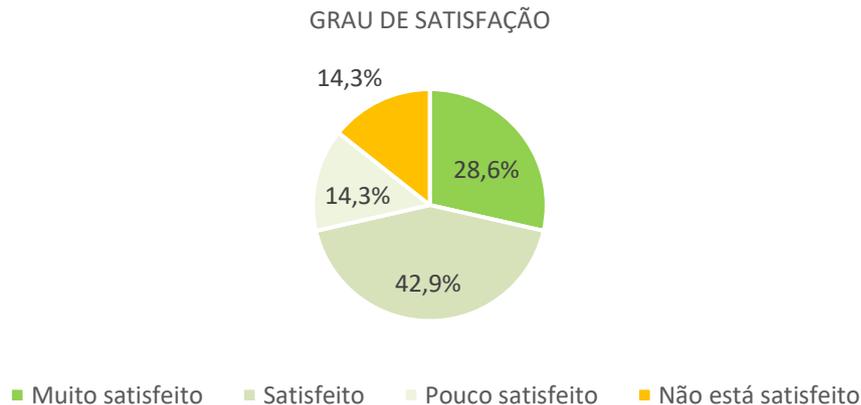


Tabela 28 – Grau de satisfação em ter criado uma Unidade de Conservação de caráter perpetuo

GRAU DE SATISFAÇÃO EM TER CRIADO UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE CARATER PERPÉTUO	N. RESPOSTAS	%
Muito satisfeito	2	28,6%
Satisfeito	3	42,9%
Pouco satisfeito	1	14,3%
Não está satisfeito	1	14,3%
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100%</b>

A tabela 28 demonstra que 85,7% dos proprietários de RPPNs estão satisfeitos com a criação de uma unidade de conservação de caráter perpetuo, sendo 28,6% muito satisfeitos, 42,9% satisfeitos e 14,3% pouco satisfeitos. Apenas 14,3% das RPPN não estão satisfeitas com a criação de unidade de conservação de caráter perpetuo.

Gráfico 08 – Grau de satisfação em ter criado uma unidade de conservação de caráter perpetuo



Além do grau de satisfação, os entrevistados deixaram comentários a respeito da pergunta realizada. Os comentários encontram-se na íntegra na sequência, divididos pelo grau de satisfação, sem identificação do respondente para preservar a confidencialidade da pesquisa.

### Muito satisfeito

- “A RPPN é um ativo super importante para o negócio, uma vez que agrega na imagem e reputação da empresa. Além disto, a empresa enxerga os trabalhos de conservação ambiental como essencial ao negócio, visto que os serviços ecossistêmicos da área são responsáveis pelo bem-estar de uma boa parte das pessoas da região.”

### Satisfeito

- “A conservação da área é fundamental para a valorização do entorno.”
- “Acho muito importante se criar, porém, é um desafio de entrega grande quando comparado ao apoio que raramente base tem para manejo e manutenção dessas reservas. Faltam alternativas como ICMS ecológico, Pagamentos por Serviços ambientais e apoio dos órgãos ambientais.”

### Pouco Satisfeito

- “Sim, havia alternativas legais para sanar esse problema.”

### Não está satisfeito

- “Não satisfeito, pois as Unidades de Conservação particulares somente apresentariam viabilidade na medida em que os respectivos proprietários fossem justamente remunerados pela criação e manutenção delas.”

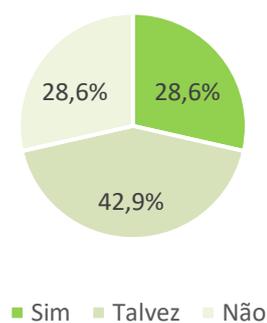
Tabela 29 – Interesse em abrir a unidade de conservação para uso turístico

TEM INTERESSE EM ABRIR A UNIDADE PARA USO TURÍSTICO	N. RESPOSTAS	%
Sim	2	28,6%
Talvez	3	42,9%
Não	2	28,6%
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100%</b>

Quando questionados se os gestores teriam interesse em abrir a Unidade de Conservação para uso turístico, apenas 28,6% das RPPNs afirmaram ser totalmente favorável; 42,9% delas até consideram a possibilidade e 28,6% afirmam não ter interesse, conforme demonstrado na tabela 29.

Gráfico 09 – Interesse em abrir a Unidade de Conservação para uso turístico

INTERESSE EM ABRIR A UNIDADE PARA TURISMO



Caso a resposta à pergunta anterior fosse “talvez” ou “não”, foi solicitado ao respondente que registrasse um comentário. Os comentários encontram-se na íntegra na sequência, divididos pelo tipo de resposta, sem identificação do respondente para preservar a confidencialidade da pesquisa.

**Resposta: “Talvez”**

- “Depende da análise do investimento, responsabilidade pela gestão e expectativa de retorno.”
- “Se tiver incentivo, sim.”
- “Tudo depende do formato a ser proposto.”

**Resposta: “Não”**

- “Tal atividade diverge da atividade fim da empresa.”
- “A fazenda é particular.”

Foi disponibilizado um espaço livre para comentários e observações, de modo que os comentários se encontram na íntegra na sequência, sem identificação do respondente para preservar a confidencialidade da pesquisa.

- “A RPPN é mantida por uma empresa e não tem como finalidade lucro ou recursos para a manutenção da área. O objetivo de receber observadores de aves é o fato de que eles geram listas de espécies (ciência cidadã) que podem auxiliar no manejo da área. Para abertura de outras formas de turismo, a empresa teria que fazer um investimento cumprindo toda a legislação exigida em função da certificação que a empresa tem. Neste momento o olhar está mais focado na manutenção dos serviços ecossistêmicos que na geração de renda para a manutenção da área. A observação de aves traz geração de renda para comunidades vizinhas e a atração de PSA pode também ser uma boa forma de investimento de recursos para estas comunidades fazendo com que eles entendam que a floresta em pé e o animal vivo podem trazer benefícios a eles.”

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente documento propôs um diagnóstico de aspectos relativos às RPPNs de Porto Seguro, por conseguinte, pode-se analisar as características e o potencial turístico dessas reservas, identificando a infraestrutura delas, reconhecendo os recursos turísticos existentes e fornecendo subsídios para o desenvolvimento de estratégias para fomento da atividade turística.

Visto que, o levantamento das características das RPPNs de Porto Seguro e conseqüentemente do seu potencial turístico possibilitou avaliar a sustentabilidade da atividade turística em uma unidade de conservação, a pesquisa de campo se mostrou necessária e enriqueceu o presente estudo.

Dessa forma, esta pesquisa considerou como uma única unidade as RPPNs com o mesmo proprietário, assim, foram levantadas 13 (treze) RPPNs em Porto Seguro, sendo que em quatro delas os proprietários ou responsáveis não foram encontrados e duas não responderam, então obteve-se uma amostra de 7 (sete) RPPNs entrevistadas. Entre essas, a maior parte das RPPNs entrevistadas têm aproximadamente 14 (quatorze) anos de existência, são pessoas jurídicas, têm registro federal, possuem até 100 hectares de extensão e estão localizadas em zona rural.

Segundo o IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas (2016) as Unidades de Conservação (UCs) brasileiras, ao mesmo tempo em que são de extrema importância para a proteção da biodiversidade do País e uso sustentável dos recursos naturais, possuem índices baixos de implementação e enfrentam desafios para alcançar seus objetivos de criação.

Neste sentido, os resultados dessa pesquisa apontaram que a maioria das RPPNs de Porto Seguro não tiveram incentivo para sua criação, as que tiveram foi por meio de ONGs. Entre os motivos para sua criação estão: a não ampliação do Parna sobre a reserva legal do imóvel, desapropriação da terra, inclusão na ampliação

do parque de forma velada e termo de ajuste de implantação do empreendimentos hoteleiros.

Como as RPPNs demonstraram a falta de incentivos para sua criação e somente algumas recebem benéficos como a isenção do ITR, vale destacar que elas podem se fortalecer em associação, pois os RPPNistas têm objetivos e interesses comuns, e juntas podem articular parcerias para desenvolvimento da atividade turística sustentável, junto ao poder público, ONGS e demais parceiros.

Além disso, podem buscar instituições como o IPÊ ou outras do mesmo setor que colaborem com o desenvolvimento de áreas protegidas e realizam atividades como elaboração de planos de manejo e projetos de parcerias com gestores, ICMBio e demais organizações ligadas à criação e implementação de UCs.

Em relação às motivações para criação ou aquisição da RPPN, a maioria dos entrevistados alegou que a principal motivação é assegurar a posse da terra, seguida da conservação da diversidade biológica. Entre os comentários dos proprietários ou responsáveis sobre a criação da RPPN estão: preservação da biodiversidade e reputação da empresa; interesse em licenciamentos ambientais e manutenção de propriedade, satisfação pessoal e assegurar posse da terra; proteção dos recursos naturais e satisfação pessoal e reconhecimento institucional da conservação; um projeto geopolítico e ideológico e ameaça de ser desapropriado durante a expansão do Parque do Pau Brasil.

A partir desta perspectiva, a pesquisa traz uma reflexão acerca das motivações para se criar uma RPPN, pois elas deveriam ser criadas com intuito principal de preservação da biodiversidade e não para assegurar a posse da terra, uma vez que o estudo demonstrou a necessidade de iniciativas e ações para uma efetiva gestão ambiental das RPPN de Porto Seguro, ou seja, as motivações de criação da RPPN refletem que a postura e conseqüentemente a responsabilidade dos proprietários precisam de um realinhamento para que o objetivo de preservação da área seja atingido.

Por meio da pesquisa, nota-se também que as RPPNs estão sendo usadas para outros fins que não são as motivações originais para sua criação, elas são usadas, por exemplo, como proteção para expansão das Unidades de Conservação e os equipamentos hoteleiro e imobiliário estão usando as RPPNs como escudos de proteção.

Contrapondo-se a isso, tem-se a utilização de áreas naturais para fins de visitação turística como uma boa estratégia econômica tanto para comunidade local quanto para os proprietários dessas áreas, sendo a forma mais efetiva de converter o uso de áreas protegidas em benefícios econômicos.

Neste ponto, pode-se aprimorar o processo de criação de uma RPPN com a atividade turística, já que umas das razões para a criação de uma Unidade de Conservação é existência de recursos naturais, recursos estes que podem ser tornar atrativos e permitir a integração da atividade turística com a sensibilização ambiental.

Na pesquisa, identificou-se que a maioria das RPPNs entrevistadas não possui infraestrutura, os entrevistados que responderam afirmativamente, citaram trilhas, administração, alojamento para pesquisadores, área de piquenique e centro de visitação como infraestrutura presente nas propriedades.

A maioria das RPPNs entrevistadas não possui plano de manejo, sendo o principal motivo declarado a falta de tempo e recursos. Grande parte das RPPNs não desenvolvem atividades relacionadas à educação ambiental e não estão abertas à visitação turística, apenas uma minoria está aberta à prática do turismo.

Neste aspecto, destaca-se a importância do plano de manejo para definir e organizar a gestão de uma UC, pois é a partir dele que essas unidades se encontram bem organizadas para novos projetos dentro do programa de uso público, podendo incluir atividades relacionadas à educação ambiental e ao turismo em áreas naturais.

As atividades turísticas praticadas nas RPPNs entrevistadas foram selecionadas em relação à operação ou comercialização, se tinham potencial para

serem desenvolvidas e se estavam formatas (possuir a atividade, mas ainda não comercializá-la).

De tal modo, as respostas destacaram as atividades operadas ou já comercializadas como: arborismo, ciclo turismo, *mountain bike*, observação de aves, remo e safári fotográfico. Em relação às atividades com potencial para serem desenvolvidas em algumas RPPNs entrevistadas, foram identificadas: arborismo, *mountain bike*, observação de aves, cavalgadas, quadriciclos, *stand up*, cicloturismo, kitesurf, pesca esportiva, remo, safári fotográfico e trilha ecológica. Nenhuma das RPPNs tem atividades turísticas formatadas e não foram citadas atividades como: boia *cross*, mergulho, voo livre, parapente, entre outros.

A maior parte das RPPNs entrevistadas ainda possuem atividades relacionadas à agricultura, outras tem atividades imobiliárias ou criação de animais. Complementando a pesquisa foi perguntado sobre os incentivos dados às RPPNs, a maioria delas não recebem incentivo, somente algumas são beneficiadas com isenção do ITR.

Dentre as principais ameaças enfrentadas pelas RPPNs, de forma generalizada, está a caça ilegal, seguidas do fogo e do desmatamento. A minoria respondeu especulação imobiliária e visitação não autorizada como ameaças.

Apesar da caça ser uma atividade ilegal na maioria dos casos, ainda é recorrente e pode levar a extinção de espécies, por isso, foi considerada como uma ameaça pelos entrevistados.

É importante avaliar esta questão, pois a implementação da atividade turística em uma UC exige medidas de segurança e fiscalização contínua para combater a caça ilegal devido ao risco que os visitantes podem correr e para que essa área não perca sua biodiversidade, isto é, a gestão das RPPN visando reduzir o impacto da caça pode adotar iniciativas de fiscalização ambiental por meio de parcerias e capacitação.

Quanto às fontes de recursos, a maioria dos entrevistados afirmou que os recursos são dos próprios proprietários, uma vez que, as atividades de ecoturismo, entrada e instituições mantenedoras quase não são utilizadas como fontes de recursos pelas RPPNs entrevistadas.

A respeito da satisfação com a criação de uma Unidade de Conservação de caráter perpétuo, a maioria das RPPNs entrevistadas está satisfeita. Eles declararam que a conservação da área é fundamental para a valorização do entorno e que faltam alternativas como ICMS ecológico, pagamentos por serviços ambientais e apoio dos órgãos ambientais. Um dos entrevistados que está muito satisfeito disse que a RPPN é um ativo super importante para o negócio Veracel, o que agrega na imagem e reputação da empresa.

De forma geral, para se promover a sustentabilidade e a maior autonomia das RPPNs é imprescindível que se fortaleça a sua gestão e estimule a participação social, os programas de capacitação, bem como o apoio da comunidade local, sendo que, um dos maiores desafios para essas Unidades de Conservação é se aproximar da população que vive no entorno e sensibilizá-los da relevância dessas áreas para a qualidade de vida da região.

Esta aproximação da comunidade local com a gestão das RPPNs permite o compartilhamento de informações nos processos de gestão e amplia a interação com os atores envolvidos na conservação da biodiversidade, podendo simultaneamente a isso, desenvolver ações de educação ambiental.

Todas as ações de proteção devem ser planejadas para otimizar os recursos disponíveis e assim obter um alcance maior da participação social, por isso, deve-se escutar as necessidades da comunidade local para traçar estratégias de gestão adequadas a cada RPPN da região.

Para tanto, se faz necessário estabelecer parcerias com instituições que atuam com proteção ambiental e propor ações conjuntas para proteção efetiva dos recursos naturais junto à comunidade e as pessoas que trabalham nas RPPNs. Também é necessário estreitar o contato com pesquisadores dessas áreas

protegidas, pois as informações geradas pelos estudos ajuda a divulgar a RPPN, aumentando o número de projetos de pesquisa e valorizando ainda mais a área.

No que se refere ao interesse em abrir a UC para o uso turístico, a maioria dos entrevistados considera a possibilidade em abrir a RPPN para atividade turística. Eles alegaram que depende da análise do investimento, responsabilidade pela gestão e expectativa de retorno, dependendo também do formato proposto e do incentivo. Os que não tem interesse é devido à atividade turística divergir da atividade fim da empresa e porque a fazenda é particular.

Esta possibilidade em abrir a RPPN para o uso turístico é uma oportunidade para os entrevistados terem seus recursos naturais reconhecidos e ganharem benefícios econômicos por meio da visitação da área, além de indicar que as RPPNs entrevistadas apresentam atributos e/ou potencial que podem ser explorados pela atividade turística ou utilizados para formatar um novo produto turístico.

Assim, o presente estudo de caso constata que, de acordo com as características levantadas pela pesquisa, existe potencial nas RPPNs de Porto Seguro para o turismo realizado em áreas naturais, levando-se a crer que elas podem adquirir, cada vez mais, apoio e orientação para a preservação dessas áreas.

Entretanto, é importante que as reservas façam seus planos de manejos implementem infraestrutura básica para a prática do turismo, a maioria das RPPNs não possui rede de abastecimento de água, não tem tratamento de esgoto e não há sinalização turística na maior parte delas. Apesar de considerarem a conservação do tipo de acesso bom ou ótimo, o acesso a maioria das reservas não é pavimentado. Além disso, é necessário estratégias de divulgação mais eficazes do que apenas material impresso.

É importante dizer que, muitas vezes, por falta de conhecimento sobre potencial da RPPN para o turismo por parte dos seus proprietários, as iniciativas de implementação da atividade turística acabam não dando certo, no entanto, este estudo mostrou que a atividade turística em RPPNs pode ser viável a partir de uma boa gestão e planejamento da visitação.

Posto isto, com a finalidade de fomentar a atividade turística nas RPPNs de Porto Seguro sugere-se consultorias ou projetos de turismo sustentável para orientar os proprietários e para que esses possam ter condições e infraestrutura adequadas para promover as práticas de ecoturismo, ações de conscientização ambiental, estudos científicos, entre outras oportunidades que valorizem e preservem o patrimônio natural e que, ao mesmo tempo, possam trazer rentabilidade.

Acredita-se, portanto, que a atividade turística pode ser realizada juntamente com a conservação dos recursos naturais nas reservas particulares e minimizar o impacto ambiental quando adequadamente planejada, ou seja, a prática do turismo pode ser uma estratégia eficaz para o desenvolvimento econômico das RPPNs de Porto Seguro em função dos atributos dos seus recursos naturais e do potencial apresentado para desenvolverem a atividade turística.

## 7 RECOMENDAÇÕES

A pesquisa de campo realizada para o presente estudo de caso tem o intuito de fornecer subsídios para fomento da atividade turística sustentável nas RPPNs de Porto Seguro. Abaixo segue algumas recomendações e sugestões para tal, porém, ela não estão em ordem cronológica ou de prioridade.

- ✓ Elaborar plano de manejo para as RPPNs que ainda não possuem;
- ✓ Realizar estudo de potencialidades turísticas das RPPNs de Porto Seguro;
- ✓ Adequar infraestrutura das RPPNs para fins turísticos;
- ✓ Fomentar associativismo entre os RPPNistas;
- ✓ Sensibilizar os RPPNistas, quanto a possibilidade de empreender no segmento turístico;
- ✓ Buscar apoio junto a gestão pública municipal (Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Turismo);
- ✓ Articular parceria com ONGS, SEBRAE e demais parceiros para implementação de projetos voltado ao turismo sustentável nas RPPNs;
- ✓ Iniciar aproximação junto as operadoras de turismo e receptivos locais;

## REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de Conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 12.ed. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

BRASIL, Ministério Do Meio Ambiente. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Gestão Participativa do SNUC: áreas protegidas do Brasil**. Brasília, DF, MMA, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Turismo e Sustentabilidade. Roteiros do Brasil – Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília, 2007.

CAMPOS, Renata Ferreira, Vasconcelos, Fernanda Carla Wasner e. Félix, Lilian Araújo Grossi. **A Importância da Caracterização dos Visitantes nas Ações de Ecoturismo e Educação Ambiental do Parque Nacional da Serra do Cipó/MG**. Turismo em Análise, Vol.22, n.2, agosto 2011. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14255/16073>>. Acesso em: 02 mar 2022.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Considerações sobre o conceito de Turismo Sustentável. **Revista Formação, n.16, volume1, p.48-59**, 2009. Disponível em: < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/861/885> >. Acesso em: 02 mar 2022.

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. Uma Análise da Dicotomia entre Urbanização e Meio Ambiente no Município de Porto Seguro/BA. **Revista Geografares, nº11, p.60-86, junho**, 2012. Disponível em: < [file:///C:/Users/anal/Desktop/Downloads/Uma analise da dicotomia entre urbanizacao e meio .pdf](file:///C:/Users/anal/Desktop/Downloads/Uma%20analise%20da%20dicotomia%20entre%20urbanizacao%20e%20meio%20.pdf)> Acesso em: 01 mar 2022.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. Segunda Edição. Editora Roca: São Paulo, 2003.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. de A.; OLIVEIRA, D. **Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil**. 2006 Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/303538670 Uma Analise sobre a Historia e a Situacao das Unidades de Conservacao no Brasil](https://www.researchgate.net/publication/303538670_Uma_Analise_sobre_a_Historia_e_a_Situacao_das_Unidades_de_Conservacao_no_Brasil) Acesso em: 14 dez 2021.

DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M. T. J. **Arcas à deriva: unidades de conservação do Brasil**. 1ed. Rio de Janeiro: Technical Books, 2013.

FARIA, A. L.; SANTIAGO, A. G. **Ecoturismo no Brasil: distância entre as políticas públicas e a realidade local**. In: SOUZA, Maria José (Org.). Políticas públicas e o lugar do turismo. Brasília: Universidade de Brasília; Departamento de Geografia; Ministério do Meio Ambiente. 2002. p. 73-98.

FONSECA, J. M. A. A.; MELO, S. M. C.; CARVALHO, W. G. Ecoturismo como alternativa sustentável para gestão da RPPN Catedral do Jalapão (TO). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6663>>. Acesso em: 17 dez 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GIRALDELLA, H.; NEIMAN, Z. **Planejamento e gestão em áreas naturais protegidas**. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Orgs.) Turismo e Meio Ambiente no Brasil. Barueri/SP. Ed. Manole... p. 124-148, 2010.

GOMES, P.C.C. Espaços Públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I.E., GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Orgs.) - **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2000

\_\_\_\_\_. **O desafio ambiental**. Organização: Amir Sader. Rio de Janeiro: Record, 2004. (Os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização).

HINTZE, H. C. Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de Educação Ambiental ou espetáculo? **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.2, n.1, 2009, pp.57-100

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Boas Práticas**. Conheça as iniciativas que buscam soluções para a gestão de Unidades de Conservação do Brasil. MMA, 2018. Disponível em: <[https://www.icmbio.gov.br/parnaabrolhos/images/stories/destaques/boas\\_praticas\\_n\\_a\\_gestao\\_de\\_ucs\\_edicao\\_3\\_2018.pdf](https://www.icmbio.gov.br/parnaabrolhos/images/stories/destaques/boas_praticas_n_a_gestao_de_ucs_edicao_3_2018.pdf)>. Acesso em: 15 dez 2021.

\_\_\_\_\_. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN**. MMA, 2020 Disponível em: <<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/servicos/crie-sua-reserva/sobre-rppn>>. Acesso em: 15 dez 2021.

IPÊ – INSTITUTO DE PROTEÇÃO ECOLÓGICA. **Áreas Protegidas**. Projetos Temáticos, 2016. Disponível em: <[https://www.ipe.org.br/projetos-tematicos/areas-protegidas?gclid=EAlalQobChMIg5-L0bDX9gIVSBTUAR0O-QMLEAAYASAAEgLhIvD\\_BwE](https://www.ipe.org.br/projetos-tematicos/areas-protegidas?gclid=EAlalQobChMIg5-L0bDX9gIVSBTUAR0O-QMLEAAYASAAEgLhIvD_BwE)>. Acesso em: 09 fev 2022.

\_\_\_\_\_. **Práticas Inovadoras na Gestão de áreas protegidas**. Revista Práticas Inovadoras, 2014. Disponível em: <[https://ipe.org.br/downloads/Revista\\_Praticas\\_Inovadoras\\_2014.pdf](https://ipe.org.br/downloads/Revista_Praticas_Inovadoras_2014.pdf)>. Acesso em: 09 fev 2022.

KOROSSY, Nathália. Do Turismo Predatório ao Turismo Sustentável: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/238/178>> Acesso em: 14 dez 2021.

LIMA, P. C. A.; FRANCO, J. L. A. As RPPNs como estratégia para a conservação da biodiversidade: O caso da chapada dos veadeiros. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, 26 (1): 113-125, jan/abr, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sn/a/KSTYLfLSKfvQXxymk5t3Pmp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 dez 2021.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. SENAC 2. ed. São Paulo, 1999.

LOUREIRO, W. **Contribuição do ICMS Ecológico à Conservação da Biodiversidade no Estado do Paraná**. Curitiba, 2002. Disponível em: <[http://www.floresta.ufpr.br/pos-graduacao/seminarios/wilson/contribuicao\\_do\\_icms.pdf](http://www.floresta.ufpr.br/pos-graduacao/seminarios/wilson/contribuicao_do_icms.pdf)>. Acesso em: 15 dez 2021.

MAIA, S. G. C. **Caracterização da Visitação Pública em Unidades de Conservação: o caso do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães**. 1º Congresso de Natureza, Turismo e Sustentabilidade: CONATUS, 2010.

MCKERCHER, B. **Turismo de Natureza: Planejamento e sustentabilidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

MILANO, M.S. **Estratégia de conservação da biodiversidade**. Brasília: FUNATURA, 1991. 45p.

MOREIRA, J. C. **Geoturismo e Interpretação Ambiental**. Ponta grossa: Editora UEPG, 2014. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/v4ddr/pdf/moreira-9788577982134.pdf>>. Acesso em 25 ago 2022.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001.

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. **Revista Turismo em Análise**, 2000. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63521/66264>>. Acesso em: 17 dez 2021.

NOGUEIRA, B.; SAVI, M.; MICALOSKI, M. M. & S. Pâmela Christina. Diagnóstico da Gestão do Uso Público no Parque Estadual do Guartelá, Paraná. **Bio Brasil Revista Científica**, 2020. Disponível em: <<https://revistaelectronica.icmbio.gov.br/index.php/BioBR/article/view/1640>>. Acesso em: 17 dez 2021.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Desenvolvimento do turismo sustentável**: Manual para organizadores locais. Publicação de Turismo e Ambiente, 1996.

\_\_\_\_\_. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Porto Alegre: Bookman, 2003.

PELLIN, A. e OJIDOS, F. S. Subsídios para o estabelecimento de programas de incentivo a criação e gestão de RPPNs: Estudo de Caso sobre os Estados de São Paulo e Mato Grosso Do Sul. **Anais do VIII CBUC - Trabalhos Técnicos**, 2015. Disponível em: < <http://www.ojidos.com.br/wp-content/uploads/2017/03/pellin-ojidos-cbuc-trabalhostecnicos.pdf>>. Acesso em 10 out 2022.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do Ecoturismo.** São Paulo: Editora SENAC, 2002.

\_\_\_\_\_. A Dimensão Conceitual do Ecoturismo. **Turismo - Visão e Ação - v.1 - n.1, p.75-91, jan/jun, 1998.** Disponível em: < <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/1392>>. Acesso em 17 dez 2021.

PMMA – PORTO SEGURO. **Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro.** 2ª Edição, 2014.

PREFEITURA DE PORTO SEGURO. **Plano Diretor Municipal Participativo.** Projeto de Lei nº 038 de 05 de dezembro de 2018. Disponível em: < [https://luigirotunno.com.br/wp-content/uploads/2019/01/PDMP\\_05122018\\_lei38\\_2018\\_Combinado.pdf](https://luigirotunno.com.br/wp-content/uploads/2019/01/PDMP_05122018_lei38_2018_Combinado.pdf)>. Acesso em: 01 mar 2022.

RODRIGUES, C. G.O. **O uso do público nos parques nacionais: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade.** Brasília, 2009. Disponível em: < [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3826/1/2009\\_CamilaGoncalvesdeOliveiraRodrigues.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3826/1/2009_CamilaGoncalvesdeOliveiraRodrigues.pdf) >. Acesso em: 21 dez 2021.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente.** Campinas, SP: Papirus Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. **Turismo no Brasil: análise e tendências.** Barueri, SP: Manole, 2002.

SANTOS, M. S. & SCHIAVETTI, A. **Análise da atividade turística na reserva particular do patrimônio natural Salto Apepique, Ilhéus, Bahia.** Gaia Scientia 2008. Disponível em: < <file:///C:/Users/analú/Desktop/Downloads/2549-Texto%20do%20artigo-3932-1-10-20081031.pdf>>. Acesso em: 02 fev 2022.

SALVATI, S.S (org.) **Turismo Responsável: manual para políticas locais.** WWF-Brasil, Brasília, 2004.

SILVA, D. L. B. **Turismo em Unidades de Conservação: Contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.** Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em:

<[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1944/1/2008\\_DavidLeonardoBoucasSilva.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1944/1/2008_DavidLeonardoBoucasSilva.pdf)>. Acesso em: 16 dez 2021.

SILVA-MELO, M. R. A. Importância das RPPNs para o Turismo. **Ecodidática**, Campo Grande, 2021. Disponível em: <<https://ecodidatica.com.br/a-importancia-das-rppns-para-o-turismo>>. Acesso em: 16 dez 2021.

SILVEIRA, M. A.T. Turismo e estratégias de desenvolvimento local. **Interações**, v.7, n. 11, Set, 2005. Disponível em: <<https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/505/549>>. Acesso em: 03 mar 2022.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Lei nº 9.985 de julho de 2000**. 6ª Edição. Brasília, 2006. Disponível em: <<https://aiba.org.br/wp-content/uploads/2014/10/SNUC-LEI-N-9-985-DE-18-DE-JULHO-DE-2000-livro.pdf>>. Acesso em: 07 dez 2021.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**, v.1. São Paulo: Aleph, 2000.

TAKAHASHI L. **Uso público em unidades de conservação**. Fundação O Boticário de Proteção a Natureza. Cadernos de Conservação, Curitiba, v.2, n. 2, out., 2004.

TEMOTEO, J. A. G.; CRISPIM, M. C.; BRANDÃO, J. M. F.. Turismo e Sustentabilidade em Unidades de Conservação: Um Estudo sobre as alternativas de emprego e renda na Área de Preservação Ambiental da Barra do Rio Mamanguape-PB. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS**, 2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/4716/471659745004/471659745004.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2021.

VALLEJO, L. R. **Uso Público em Áreas Protegidas: atores, impactos, diretrizes de Planejamento e Gestão**. Niterói/RJ, 2013. Disponível em: <[https://periodicos.uff.br/uso\\_publico/article/view/28674/16633](https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28674/16633)>. Acesso em: 14 dez 2021.

VALLEJO, L. R. e QUEIROZ, E. D. Uso Público Em Unidades De Conservação – Entre o Ideal e o Real. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**. Niterói, RJ. Vol. 5, nº 9. 2017. Disponível em: <[https://periodicos.uff.br/uso\\_publico/article/view/28741/16674](https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28741/16674)>. Acesso em: 14 dez 2021.

VIEIRA, G. D.; SCALCO, R. F. MEDAGLIA-SILVEIRA, J.; SILVEIRA, C. E. Mercado e perfil do ecoturista de Diamantina (MG): um estudo introdutório. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6378/4072>>. Acesso em: 21 dez 2021.

WILSON, E. O. A situação atual da diversidade biológica. In: WILSON, E. O. **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

WWF-BRASIL E IPÊ. **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. Realização: WWF-Brasil/IPÊ– Instituto de Pesquisas Ecológicas. Organizadora: Maria Olatz Cases. WWF-Brasil, Brasília, 2012. Disponível em:

<[https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/gestao\\_de\\_unidades\\_de\\_conservacao.pdf](https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/gestao_de_unidades_de_conservacao.pdf)>. Acesso em: 15 mar 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

## **ANEXO**

## **TURISMO NAS RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO**

Olá, você está participando de uma pesquisa sobre atividade turística nas RPPNs de Porto Seguro, é muito importante que você seja realista e procure responder todas as perguntas. As informações não serão divulgadas de forma individual e servirão para compor o “Estudo de Caso Sobre Atividade Turística nas RPPNs - Reservas Particulares do Patrimônio Natural do Município de Porto Seguro”.

Esse questionário é dividido em 03 blocos: Bloco I – Dados Entrevistado e Propriedade; Bloco II – Informações Gerais e Caracterização das RPPNs; Bloco III – Gestão e Uso Público. As perguntas serão feitas eventualmente de forma objetiva e outras de forma descritiva.

Agradecemos a sua participação e quando tivermos os resultados teremos o prazer em divulgá-los, para que possam contribuir para novas ações, projetos e melhoria da estratégia de estruturação de um turismo mais ecológico no município de Porto Seguro.

Grata pela atenção!

### **BLOCO I – DADOS DO ENTREVISTADO E DA PROPRIEDADE**

1. Nome

---

2. Nacionalidade

---

3. Cargo

- Proprietário
- Gerente
- Outros

4. Profissão

---

5. Telefone

---

6. E-mail

---

7. Nome da propriedade

---

8. Endereço da propriedade

---

---

---

---

---

9. Telefone da propriedade

---

10. Endereço Eletrônico (Site)

---

**BLOCO II – INFORMAÇÕES GERAIS E CARACTERIZAÇÃO DA RPPN**

11. Ano de criação da RPPN

---

12. Tipo de organização

*Marcar apenas uma oval.*

Pessoa Física

Pessoa Jurídica

13. Registro da RPPN

*Marcar apenas uma oval.*

Estadual

Federal

14. Área total da propriedade (Ha)

---

15. Área da RPPN (Ha)

---

16. Localização

*Marcar apenas uma oval.*

Rural

Urbana

17. Qual o tipo de acesso à RPPN

*Marque todas que se aplicam.*

- Pavimentada  
 Não pavimentada  
 Trilha

18. Conservação do tipo de acesso *Marcar apenas uma oval.*

- Ótima  
 Boa  
 Ruim

19. Sinalização

*Marque todas que se aplicam.*

- Acesso  
 Turística

20. Quais os meios de comunicação existentes na RPPN

*Marque todas que se aplicam.*

- Rádio Transmissor  
 Telefone Celular  
 E-mail  
 Fax  
 Não há  
 Outro:
- 

21. Existem outras Unidades de Conservação nas fronteiras da RPPN

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não

22. Se sim, cite quais são as unidades de conservação nas fronteiras da RPPN

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

23. Houve incentivo para a criação da RPPN

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

24. Se sim, por quem

*Marque todas que se aplicam.*

ONG

Prefeitura

Iniciativa privada

Associações

Outros

25. Houve algum tipo de pressão para a criação da RPPN

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

26. Se sim, qual motivo da pressão para criação da RPPN

---

27. O que motivou a criação/compra da RPPN

*Marque todas que se aplicam.*

- Conservação da diversidade biológica
- Proteção dos recursos hídricos
- Satisfação pessoal ou familiar
- Atrativos turísticos (cachoeira, rios; beleza cênica, etc.)
- Assegurar a posse da terra
- Isenção do ITR
- Proteger a área contra empreendimentos de alto impacto ambiental
- Proteção para expansão urbana popular

Outro:

---

28. Descreva o motivo da criação/compra da RPPN

---

29. Existem recursos hídricos dentro da RPPN

*Marque todas que se aplicam.*

- Não
- Sim, presença de nascente
- Sim, presença de córregos e rios
- Sim, presença cachoeiras
- Sim, presença lagos e lagoas
- Sim, presença de represas

Outro:

---

30. Favor citar nome da bacia hidrográfica e ou curso d'água

---

31. Quais as infraestruturas existente na RPPN

*Marque todas que se aplicam.*

- Administração
  - Hospedagem
  - Casa de funcionário
  - Local de manutenção
  - Laboratório de pesquisa
  - Alojamento para pesquisador
  - Centro de visitante
  - Área piquenique
  - Área de camping
  - Trilha
  - Piscina
  - Lanchonete
  - Mirante
  - Torre de observação
  - Espaço para eventos
  - Não se aplica, a RPPN não possui infraestrutura
- Outro:

32. Qual o tipo de abastecimento

*Marque todas que se aplicam.*

- Rede de abastecimento da cidade
  - Captação em rios com nascentes dentro da área
  - Captação em rios com nascentes fora da área
  - Poço artesiano
  - Não possui rede de abastecimento
- Outro:
-

33. Existe tratamento de esgoto

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

34. Se sim, qual tipo de sistema tratamento de esgoto

*Marque todas que se aplicam.*

Rede de Saneamento do Estado

Fossa Negra

Fossa Ecológica

Outro:

---

35. Como os resíduos são descartados e/ou aproveitados

*Marque todas que se aplicam.*

Recolhido pela prefeitura

Queimado

Enterrado

Compostagem

Outro:

---

**BLOCO III – GESTÃO E USO PÚBLICO**

36. A RPPN possui plano de manejo

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

37. Se sim, data de elaboração do plano de manejo

---

38. Se não, cite motivo por que não elaborou o plano de manejo da RPPN

---

---

---

---

---

39. A RPPN oferece apoio para a realização de pesquisa no interior da RPPN

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

40. A RPPN desenvolve atividades de educação ambiental

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

41. A RPPN está aberta à visitação turística

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

42. Se sim, cite ano de abertura para visitação turística

---

43. Se sim, cite a média de visitação turística

---

44. Possui controle de visitação

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

45. Se sim, qual tipo de controle de visitação

---

46. Na sua opinião quais são os possíveis segmentos turísticos que poderiam ser trabalhados pela RPPN

*Marque todas que se aplicam.*

Ecoturismo

Turismo de aventura

Turismo cultural

Turismo pedagógica

Observação de aves

Não tem

## 47. Identificação das atividades turísticas/ Arvorismo

*Marcar apenas uma oval.*

- Potencial (RPPN possui potencial para desenvolver atividade de Arvorismo)
- Formatada (RPPN possui atividade de Arvorismo já formatada)
- Operando (RPPN já comercializa atividade de Arvorismo)

## 48. Identificação das atividades turísticas/ Boia Cross

*Marcar apenas uma oval.*

- Potencial (RPPN possui potencial para desenvolver atividade de Boia Cross)
- Formatada (RPPN possui atividade de Boia Cross já formatada)
- Operando (RPPN já comercializa atividade de Boia Cross)

## 49. Identificação das atividades turísticas/Cavalgada

*Marcar apenas uma oval.*

- Potencial (RPPN possui potencial para desenvolver atividade de Cavalgada)
- Formatada (RPPN possui atividade de Cavalgada já formatada)
- Operando (RPPN já comercializa atividade de Cavalgada)

## 50. Identificação das atividades turísticas/ Cicloturismo

*Marcar apenas uma oval.*

- Potencial (RPPN possui potencial para desenvolver atividade de Cicloturismo)
- Formatada (RPPN possui atividade de Cicloturismo já formatada)
- Operando (RPPN já comercializa atividade de Cicloturismo)

## 51. Identificação das atividades turísticas/ Kitesurf

*Marcar apenas uma oval.*

- Potencial (RPPN possui potencial para desenvolver atividade de Kitesurf)
- Formatada (RPPN possui atividade de Kitesurf já formatada)
- Operando (RPPN já comercializa atividade de Kitesurf)

## 52. Identificação das atividades turísticas/ Mergulho

*Marcar apenas uma oval.*

- Potencial (RPPN possui potencial para desenvolver atividade de Mergulho)
- Formatada (RPPN possui atividade de Mergulho já formatada)
- Operando (RPPN já comercializa atividade de Mergulho)

53. Identificação das atividades turísticas/ *Montauin bike*

*Marcar apenas uma oval.*

- Potencial (RPPN possui potencial para desenvolver atividade de *Montauin bike*)
- Formatada (RPPN possui atividade de *Montauin bike* já formatada)
- Operando (RPPN já comercializa atividade de *Montauin bike*)

## 54. Identificação das atividades turísticas/ Quadriciclo

*Marcar apenas uma oval.*

- Potencial (RPPN possui potencial para desenvolver atividade de Quadriciclo)
- Formatada (RPPN possui atividade de Quadriciclo já formatada)
- Operando (RPPN já comercializa atividade de Quadriciclo)

## 55. Identificação das atividades turísticas/ Observação de aves

*Marcar apenas uma oval.*

- Potencial (RPPN possui potencial para desenvolver atividade de Observação aves )
- Formatada (RPPN possui atividade de Observação de aves já formatada)
- Operando (RPPN já comercializa atividade de Observação de aves)

## 56. Identificação das atividades turísticas/ Parapente

*Marcar apenas uma oval.*

- Potencial (RPPN possui potencial para desenvolver atividade de Parapente)
- Formatada (RPPN possui atividade de Parapente já formatada)
- Operando (RPPN já comercializa atividade de Parapente)

## 57. Identificação das atividades turísticas/ Pesca Esportiva

*Marcar apenas uma oval.*

- Potencial (RPPN possui potencial para desenvolver atividade de Pesca Esportiva)
- Formatada (RPPN possui atividade de Pesca Esportiva já formatada)
- Operando (RPPN já comercializa atividade de Pesca Esportiva)

## 58. Identificação das atividades turísticas/ Remo

*Marcar apenas uma oval.*

- Potencial (RPPN possui potencial para desenvolver atividade de Remo)
- Formatada (RPPN possui atividade de Remo já formatada)
- Operando (RPPN já comercializa atividade de Remo)

## 59. Identificação das atividades turísticas/ Safari fotográfico

*Marcar apenas uma oval.*

- Potencial (RPPN possui potencial para desenvolver atividade de Safari fotográfico)
- Formatada (RPPN possui atividade de Safari fotográfico já formatada)
- Operando (RPPN já comercializa atividade de Safari fotográfico)

## 60. Identificação das atividades turísticas/ Stand Up

*Marcar apenas uma oval.*

- Potencial (RPPN possui potencial para desenvolver atividade de *Stand Up*)
- Formatada (RPPN possui atividade de *Stand Up* já formatada)
- Operando (RPPN já comercializa atividade de *Stand Up*)

## 61. Identificação das atividades turísticas/ Surf

*Marcar apenas uma oval.*

- Potencial (RPPN possui potencial para desenvolver atividade de *Surf*)
- Formatada (RPPN possui atividade de *Surf* já formatada)
- Operando (RPPN já comercializa atividade de *Surf*)

## 62. Identificação das atividades turísticas/ Vela

*Marcar apenas uma oval.*

- Potencial (RPPN possui potencial para desenvolver atividade de Vela)
- Formatada (RPPN possui atividade de Vela já formatada)
- Operando (RPPN já comercializa atividade de Vela)

## 63. Identificação das atividades turísticas/ Voo livre

*Marcar apenas uma oval.*

- Potencial (RPPN possui potencial para desenvolver atividade de Voo livre)
- Formatada (RPPN possui atividade de Voo livre já formatada)
- Operando (RPPN já comercializa atividade de Voo livre)

## 64. Identificação das atividades turísticas/ Windsurf

*Marcar apenas uma oval.*

- Potencial (RPPN possui potencial para desenvolver atividade de *Windsurf*)
- Formatada (RPPN possui atividade de *Windsurf* já formatada)
- Operando (RPPN já comercializa atividade de *Windsurf*)

## 65. Citar outras atividades que não foram citadas e que a RPPN tenha potencial para desenvolvê-las

---

---

---

---

---

66. O proprietário possui outras atividades na propriedade associadas com a RPPN?

*Marque todas que se aplicam.*

- Agricultura  
 Criação de animais  
 Hospedagem  
 Restaurantes  
 Outro:
- 

67. Atualmente a RPPN conta com algum tipo de incentivos

*Marque todas que se aplicam.*

- Não  
 Sim, isenção de ITR  
 Sim, assessoria científica  
 Sim, assessoria técnica  
 Outro:
- 

68. Indique quantos funcionários possui na propriedade (fixos)
- 

69. Indique quantos funcionários possui na propriedade (temporários)
- 

70. Qual média do custo mensal na RPPN (em reais)
-

71. Cite as 03 principais ameaças encontradas pela RPPN

*Marque todas que se aplicam.*

- Fogo
  - Caça ilegal
  - Visitação não autorizada
  - Extrativismo vegetal ou mineral
  - Especulação imobiliária
  - Oposição da comunidade local
  - Desmatamento no entorno
  - Poluição
  - Outro:
- 

72. Quais são as fontes de recursos utilizados para a manutenção da RPPN

*Marque todas que se aplicam.*

- Entrada
- Loja de souvenir
- Restaurante
- Atividades de ecoturismo
- Hospedagem ou similar
- Recursos do proprietário
- Instituição mantenedora

73. Existem estratégias para divulgação da RPPN

*Marque todas que se aplicam.*

- Não
- Sim, material impresso (folder, revistas e jornais)
- Sim, internet (site)
- Redes Sociais
- Vídeos
- Acordos comerciais (hotéis e agências)

Outro:

---

74. Hoje se houvesse uma associação das RPPNs na região você se associaria

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não  
 Talvez

75. Grau de satisfação dos proprietários por ter criado uma Unidade de Conservação de caráter perpétuo *Marcar apenas uma oval.*

- Muito satisfeito  
 Satisfeito  
 Pouco satisfeito  
 Não está satisfeito

76. Discorra sobre sua satisfação ou não quanto a criação da RPPN

---

---

---

---

---

77. Os gestores da RPPN teriam interesse em abrir a unidade de conservação para uso turístico

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não  
 Talvez

78. Se não ou talvez, discorra sobre

---

---

---

---

---

---

---

---

79. Comentários e ou observações

---

---

---

---

---

---

---

---

**Google** Formulários

<https://docs.google.com/forms/d/1KIUOKv5HzDuHVc1EwP3qvQbcusNuKVX476IOVCuhpo4/edit>